

ATA DA 231º REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Data: 25 de maio de 2016.

2 Horário: 08h30 às 14h.

3 Local: Auditório Anne Marie – SESA

4 Conselheiros membros – Gestão 2016-2019

	Nome Series Nome		Condição	Órgãos, Entidades e Instituições.
	Gestores			
1	Antonio Garcez Novaes Neto	Presente	Titular	COSEMS
	João Carlos Strassacapa	Ausente	Suplente	COSEMS
2	Sezifredo Paulo Alves Paz	Presente	Titular	SESA
	Maria do Carmo de Oliveira	Presente	Suplente	SESA
3	Cleide Aparecida de Oliveira	Presente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Juliano Schmidt Gevaerd	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
4	Moacir Gerolomo	Presente	Titular	Ministério da Saúde
	Jorge Stoianov Filho	Presente	Suplente	Ministério da Saúde
	Prestadores de Serviços		Condição	Entidade
5	Zuleide Bezerra Dalla Costa	Presente	Titular	ACISPAR
	Luiz Fernando Zanon de Almeida	Presente	Suplente	ACISPAR
6	Rangel da Silva	Justificativa	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Presente	Suplente	FEHOSPAR
7	Artemizia Bertolazzi Martins	Justificativa	Titular	FEMIPA
	Rosita Márcia Wilner	Presente	Suplente	FEMIPA
8	Hermes de Souza Barboza	Presente	Titular	UEM
	Tereza Maria Pauliqui Peluso	Justificativa	Suplente	UEM
9	Jeremias Bequer Brizola	Presente	Titular	UEL
	Rita de Cássia Domansky	Justificativa	Suplente	UEL
	Profissionais de Saúde		Condição	Entidade
10	Mauricio Portella	Justificativa	Titular	CRF
	José Carlos Tozzeto Vettorazzi	Justificativa	Suplente	CRF
11	Graciele de Pintor	Presente	Titular	SINDIFAR
	Nilson Hideki Nishida	Presente	Suplente	SINDIFAR
12	Rubia Daniele Thieme	Ausente	Titular	CRN8
	Alcionê Pereira Grivot Mandarino	Presente	Suplente	CRN8
13	Sonia Margarete Batista Frade Krachenski	Presente	Titular	CREFITO
	Gisela Soares de Souza	Ausente	Suplente	CREFITO
14	Woldir Wosiacki Filho	Presente	Titular	SINFITO
	Elfi Gusava	Ausente	Suplente	SINFITO
15	Marcelo Hagebock Guimarães	Presente	Titular	CREF9
	Diego Spinoza dos Santos	Ausente	Suplente	CREF9
16	Talita Lisandra de Oliveira Rosa Gomes	Presente	Titular	SINDSAÚDE
	Monica Glinski Pinheiro	Presente	Suplente	SINDSAÚDE



ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

17	Solange Izabel Marega Batista	Justificativa	Titular	FESSMUC
	Altair Ângelo dos Santos	Presente	Suplente	FESSMUC
	Palmira Aparecida Soares Rangel	Presente	Titular	FESMEPAR
18	Aparecida Benito Pereira	Justificativa	Suplente	FEMEPAR
	Usuários		Condição	Entidade
19	Luiz Américo Delphin	Ausente	Titular	SINDIPETRO
	Luciano Zanetti	Presente	Suplente	SINDIPETRO
20	Wilson de Souza Silva	Justificativa	Titular	FETAEP
	Maria Marucha Szdlosvski Vetorazzi	Ausente	Suplente	FETAEP
21	Jonas Braz	Justificativa	Titular	CUT
	Silvana Prestes Araújo	Ausente	Suplente	CUT
22	Custodio Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	UGT
	Giovane Caetano da Silva	Ausente	Suplente	UGT
23	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	SINDNAPI
	Santo Batista de Aquino	Justificativa	Suplente	SINDNAPI
24	Livaldo Bento	Presente	Titular	MOPS
	Antonio Barrichello	Justificativa	Suplente	MOPS
25	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	ANEPS
	Leandro Soares Machado	Justificativa	Suplente	ANEPS
26	Amaury Cesar Alexandrino	Presente	Titular	DEFIPAR
	Tania Roseli Minusculi	Justificativa	Suplente	DEFIPAR
27	João Maria Ferrari Chagas	Justificativa	Titular	IBDa
	Terezinha Aparecida de Lima	Presente	Suplente	IBDa
28	Lívia Diniz Lopes Sola	Presente	Titular	FAMOPAR
	Acir Ribeiro de Queiroz	Presente	Suplente	FAMOPAR
29	Angelo Barreiros	Presente	Titular	CONAM
	Timóteo Borges de Campos	Ausente	Suplente	CONAM
30	Ivo Pedroso	Ausente	Titular	FECAMPAR
	YnaiaGebauer de Lira	Ausente	Suplente	FECAMPAR
31	Marcia Beghini Zambrim	Justificativa	Titular	Pastoral da Saúde
	Maria Cristina Galacho de Souza	Presente	Suplente	Pastoral da Saúde
32	Rosângela Regina Reinaldin	Justificativa	Titular	Pastoral da Criança
	Clarice Siqueira dos Santos	Ausente	Suplente	Pastoral da Criança
33	Rosalina Batista	Presente	Titular	ASSEMPA
	Maria Lucia Gomes	Presente	Suplente	ASSEMPA
34	Sonia Aparecida Pinheiro Pereira	Presente	Titular	Rede de Mulheres Negras
	Erika Pereira de Souza	Justificativa	Suplente	Rede de Mulheres Negras
35	Terezinha Andrade Possebom	Presente	Titular	HUMSOL
	Maria Cecilia Palma	Ausente	Suplente	HUMSOL
36	Maria Elvira de Araújo	Presente	Titular	ASSEMPA



ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Marcos Antonio da Silva Justificativa Suplente **IBDa**

5 **Expediente Interno**

Ordem do Dia 6

Aprovação da Pauta

7 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática

Mesa Diretora

Encaminhamentos Mesa Diretora:

Justificativas e substituições

Leitura de Expedientes

- 1º Assunto: Aprovação da Ata da 230ª Reunião Ordinária de 29 de abril de 2016;
- 2º Assunto: Parecer ao Projeto de Lei na área de Políticas sobre Drogas do Paraná -PAZ Paranaense (10'):
- 3º Assunto: Plano Estadual de Saúde 2016-2019 e Programação Anual de Saúde-PAS2016 (120');
 - 4º Assunto: Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas 1º Quadrimestre 2016 (30');
 - 5° Assunto: Projeto Vida no Trânsito (15');
 - 6º Assunto: Comissões

82. Informes

9

10

11

12

13

14 15

16 17

18

19

20 21

22

23

24

25

26 27

28

29

30

31

32 33

34

35

Informes Gerais.

(F0) Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR). Dá início a ducentésima trigésima primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná. Pediu primeiramente para levantarem os crachás para contagem de quórum. Quórum adequado de trinta conselheiros. Passou então para as Comissões que queiram inserir itens na pauta. A Mesa pede uma inclusão, antes do primeiro assunto, eles darem a palavra para informações sobre o Conselho Nacional de Saúde trazidas pelo Conselheiro Nacional Wanderley que os visita e agradeceram sua presença, pediram essa inclusão. Passou para a aprovação. Aprovado. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) cumprimentou a todos. Passou para a leitura dos expedientes. Primeiro, receberam uma solicitação, leu o ofício, com o objetivo de dar cumprimento ao previsto nas legislações federais que instituíram o Programa Nacional de Segurança do Paciente e as Ações para Promoção da Segurança do Paciente e a Melhoria na Qualidade no Serviço de Saúde, Portaria cinco dois nove de primeiro de abril de dois mil e treze e Resolução RDC da Anvisa número trinta e seis de vinte e cinco de julho de dois mil e treze. A SESA por meio do Centro Estadual de Vigilância Sanitária, decidiu pela formação do Comitê Estadual de Segurança do Paciente a ser regulamentado pelo Secretário de Estado da Saúde após indicação dos integrantes, portanto vem solicitar a este Conselho Estadual de Saúde do Paraná a indicação de dois participantes deste Comitê, um titular e um suplente, até o dia trinta e um de maio do Segmento de Usuários do CES para integrar o referido Comitê. Então, precisam tirar hoje um representante titular e um suplente do Segmento de Usuários para participar deste Comitê. Algum conselheiro usuário se candidata? Malu e Amaury? Mais alguém? Senhor Ângelo? Então tem três candidatos? A Cleide informa que por ser do Departamento de Vigilância em Saúde, aceita-se a integração do Comitê pelos três representantes. Precisam só definir quem será o titular e os suplentes, então acertem entre si e passem à Secretaria Executiva. Sra. Cleide de Oliveira (FUNSAÚDE) explicou que funcionará da seguinte forma: a grande maioria das reuniões acontecerão em Curitiba, no nível Central. Em tendo necessidade de viajar, viajarão os titulares. Se houver necessidade de viajar, serão os titulares. Assim como os demais que comporão o Comitê. Agora, agui todo mundo que tiver oportunidade poderá participar. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) pediu para ajudar a esclarecer. Como que eles têm discutido, se o titular não puder vir,



38 39

40

41

42 43

44

45

46

47 48

49

50 51

52

53

54

55

56 57

58 59

60

61

62 63

64

65

66

67 68

69

70

71 72

73 74

75

76

77 78

79

80

81

82

83

84 85

86 87

88 89

90 91

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

virá o suplente na Comissão. Então seque o normal. Porque eles entendem que pode abrigar dois suplentes e um titular, porque às vezes acontece que o titular não pode, um dos suplentes não pode, então o terceiro poderá ir. Sr. Ângelo (CONAN) diz que aceita ser o titular. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) Malu e Amaury suplentes. Receberam um comunicado e pediu para a presidente explicar melhor, com relação a PEC um de dois mil me quinze que deverá ir à votação já em breve. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) esta PEC tem entrado em várias reuniões e nas reuniões a pauta está cheia e nem sequer chega a ser discutida. Ela se trata do aumento dos recursos da saúde até chegar a dezenove por cento. Pediu para os conselheiros acompanharem, falando com os representantes na Câmara, para que possam consigam que o processo caminhe. Que entre em votação. Ela informou que pelo menos este Conselho, através da Mesa, mandou a todos os Deputados, Senadores, todos os que representam o Paraná, eles mandaram, pedindo que a aprovação deles para dar mais recursos para a Saúde. Pediu que todos se mobilizem também. Ela tem acompanhado esta proposição e sabe que está na pauta, mas tinham outros assuntos urgentes. Talvez ela entre meio no "susto" e pode não ser aprovada e com isso não terá mais recursos para a Saúde. Então pediu o empenho dos conselheiros. Que mobilizem as bases, mobilizem seus representantes políticos para que possam efetivamente aprovar esta PEC. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) fez os lembretes de check-out até às doze horas, sempre que foram solicitar manifestação, informar nome e entidade no microfone. Passou a informação de que haverá indicação por placas do tempo restante de fala, para seguir o regulamento do Conselho onde determina o tempo de fala de dois minutos. Passou para as justificativas e substituições. Sr. Maurício (Secretaria Executiva) cumprimentou a todos. Justificativas: Artemízia Bertolazzi Martins, João Maria Ferrari Chagas, Rubia Daniela Thieme, Clarice Siqueira dos Santos, Rangel Silva, Jonas Braz, Marcia Beghini Zambrin, José Carlos Vetorazzi, Mauricio Portella, Solange Marega e Wilson de Souza Silva. Não há substituições para esta reunião. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) complementou, dando boas-vindas à Poliana representante do Hospital Municipal de Araucária. Agora, gostariam de passar para o Wanderley para terem uma fala do Conselho Nacional, é muito proveitosa, já tiveram uma conversa anterior e eles estarão juntos lá na reunião do Conselho Nacional, na semana que vem. Sr. Wanderley (Conselho Nacional) cumprimentou a todos, agradeceu o convite feito pelo Conselho Estadual de Saúde do Paraná, na pessoa da Presidente para fazer neste dia de trabalho do Conselho, uma saudação e também compartilhar algumas informações pertinentes à luta pela defesa da Saúde Pública neste País. Queria primeiramente registrar que o primeiro contato que teve com os conselheiros do Estado do Paraná, foi um contato, o mais harmonioso, queria registrar o acolhimento feito por parte dos senhores conselheiros que estão hospedados onde ele está e a imagem que ele leva do Conselho é de muita cordialidade, uma imagem de um grande acolhimento. Ele faz questão de deixar registrado. Queria iniciar sua fala dizendo que, está colocada na ordem do dia do Conselho Nacional de Saúde e estão fazendo um esforco muito grande em compartilhar a preocupação com os últimos acontecimentos referentes ao Sistema Único de Saúde SUS, e neste sentido, há duas questões que estão colocadas para reflexão, primeiro, colocado no dia de ontem, de forma mais oficial, a redução drástica de investimento público na Saúde. E sabem que não há como ter boa gestão na Saúde Pública se não houver o devido investimento público. Então, o Estado brasileiro não pode se fazer ausente desta política estratégica, desta política como ela foi preconizada na Constituição de oitenta e oito. Então o SUS para poder cumprir a sua função social que é aumentar sua cobertura que hoje é de apenas setenta e cinco por cento do povo brasileiro. Ele precisa no caso, um aporte financeiro maior. Se possível alargado o recurso financeiro, para que as gestões possam fazer prestar Atenção Primária até a Alta Complexidade que requer investimento em insumos, em mais investimentos e equipamentos e em equipe multiprofissional de ponta. Eles colocam isso, porque devem ter participado da campanha que fizeram há dois anos atrás "A Saúde mais Dez". Fizeram a Primavera da Saúde em Brasília e depois em nível nacional e depois o Saúde Mais Dez onde coletaram dois milhões e seiscentas mil assinaturas. Naquela oportunidade na proposta era os dez por cento das receitas correntes liquidas da União para ser investidas em Saúde Pública. Se considerar que o Brasil é o único País do Ocidente com mais de duzentos milhões de habitantes que tem Sistema Único de Saúde Universal e também se fizer o comparativo de que gastam apenas dois dólares e setenta centavos por habitante em Saúde Pública irão ver que é muito pouco. Se este ano tiveram à disposição cento e sete bilhões para investimento em Saúde, com esta realidade colocada, se tivessem dez por cento das receitas para investimento em Saúde Pública, eles teriam um aporte de duzentos e setenta bilhões de reais,



93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103 104

105

106

107

108

109

110

111112

113

114

115

116

117118

119

120

121 122

123

124

125

126

127 128

129 130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140141

142

143

144

145

146 147

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

então um aumento considerável seria feito em Saúde Pública. Quando falam de Saúde Pública, falam em Atenção Primária e Saúde Preventiva. Estão seguindo pouco esta escola dos últimos trinta e poucos anos que a América Latina vem fazendo de investimento em Saúde Pública neste território. Fez um pedido de conselheiro para conselheiro que está no Senado Federal a PEC um quatro três que trata exclusivamente da desvinculação de recursos. A DRU, para a Saúde e significa o seguinte, autorizar tirar o dinheiro do Fundo, joga, repassa ao Tesouro e depois o Tesouro faz uso do recurso não se sabe onde. A lei que obriga percentual de investimento em Saúde, da União, Estado e municípios fica apenas como peça figurativa. Passa a não ter consistência na vida real. Isto é um grande perigo, isso é um problema para aumentar o sub-financiamento da Saúde Pública no Brasil. E como conselheiros não podem permitir que isto aconteça. Uma outra coisa, é o acentuado, vem aumentando muito a presenca da segunda porta na Saúde Pública a nível Nacional. Em dois mil e quatorze que foram os últimos dados oficiais para análise tiveram quatrocentos e oitenta bilhões foram gastos em Saúde no Brasil. Considerando que públicos foram gastos duzentos e trinta bilhões, em contrapartida os duzentos e cinquenta restantes foram provenientes da segunda porta. Então, na medida que o SUS é público e universal e ele vai perdendo espaço e o Estado vai se ausentando em fazer investimento para a Saúde Pública e vai abrindo espaço para a iniciativa privada a tendência é ter uma Saúde mercantilizada. Então a saúde passa a ser uma mercadoria muito valorizada com a presença forte do capital financeiro internacional na Saúde. Aí não é apenas questão de laboratórios, insumos, equipamentos, mas também no caso de prestação de serviços. Porque as empresas nacionais estão aos poucos sendo incorporadas a empresas de capital internacional. Isso também é muito preocupante. Independente da concepção política e ideológica que seja, entendem que a política pública tem que ter a presença do Estado. E não há Estado forte sem que o Estado faça investimento devido em política estratégica que tenha relação com a vida, com a soberania e com as pessoas. Por isso fazem este apelo e compartilhamento com este Conselho. Finalizando, eles definiram no Conselho Nacional de Saúde que irão fazer alguns encontros regionais para poderem debater a Saúde Pública no Brasil. Precisam além de fazer o debate teórico, o debate da elaboração política, precisam mobilizar gente, mobilizar, pois, as reuniões são importantes para poderem situar, definirem, encaminharem. Precisarão num momento para colocar o povo na rua. E colocar o povo na rua, não dá, deixando presos numa sala. Hoje são cento e quarenta e quatro conselheiros, e na reunião sempre fala que é muito bom, pois lá está todos os ganhos na defesa do SUS, mas agora precisam colocar o povo lá, iniciar o debate mais sistematizado, mais organizado, dar organicidade para o pensamento a fim de ganhar força material e para isso, o componente central é o povo. Irão começar os encontros regionais para debater a questão da Saúde Pública, não só fazer o diagnóstico, mas apresentar as perspectivas e neste apontamento, querem fazer encontros mais massivos; primeiramente, farão o encontro regional sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao término a orientação que estarão passando é que os Estado passem a priorizar os municípios polos, no caso do Paraná tem dezessete Regionais, então fazer os dezessete encontros regionalizados como forma destes municípios pivôs poderem alargar estes debates com os municípios menores. A ideia é fazer o debate com todos os municípios, sobre a questão financeira, sobre a questão do Conselho, a importância do Conselho neste atual contexto político e social, o papel que o Conselho pode jogar enquanto instrumento de mobilização social, enquanto instrumento de defesa do SUS público e da democracia. Porque se não tiverem um ambiente democrático no País, não conseguirão manter esta conquista do povo brasileiro, este instrumental, aporte social que é o Sistema Único de Saúde. No momento oportuno, serão chamados, serão convocados a auxiliar neste debate que este não é apenas do Conselho Nacional, não pode ser dos estaduais nem tampouco só dos municipais. Precisa ser do conjunto dos conselheiros para potencializar as Plenárias de Conselhos. Relação de Plenária de Conselhos e relação também com o povo. Ninguém vai defender o SUS, se elas não tiverem conhecimento que o SUS faz parte da vida delas. Nenhuma política pública é tão presente, tem tanta intervenção na vida real das pessoas do que o atendimento da Saúde. Esse é um grande patrimônio do Brasil, uma luta muito grande e precisam preservar este patrimônio. Quer finalizar dizendo que gestores, prestadores, usuários e trabalhadores precisam estar na mesma trincheira, porque na trincheira do lado de lá está o grande e poderoso capital internacional com uma fome voraz para poder pegar esta fatia do mercado mundial, o Brasil não é qualquer país, duzentos e quatro milhões de habitantes, o terceiro mercado mundial em gastos diretamente com a Saúde, dos quatro, prestem atenção, dos quatro trilhões que foram gastos no ano de dois mil e quinze, quatro trilhões, transferência de tecnologia, produção e procedimentos no



149

150

151

152153

154155

156157

158

159

160 161

162

163

164

165

166

167168

169

170

171172

173174

175

176

177178

179 180

181

182

183 184

185 186

187

188 189

190

191 192

193

194

195

196 197

198

199

200

201

202203

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

mundo, destes quatro, dez por cento foram no Brasil. Em se tratando de América Latina, sessenta por cento é gasto no Brasil. Eles investem para poder ter de volta a remessa de lucros às suas matrizes. Agradeceu o convite, leva do Conselho uma imagem muito positiva, deu boas vindas para a Presidente participar em Fortaleza da reunião para poder compartilhar o que o Paraná vem fazendo no fortalecimento do Controle Social, no fortalecimento deste importante instrumento de avaliação e controle e importante espaço de reflexão coletiva. Tratando-se de espaço para construção coletiva, uma harmonia se faz necessária num ambiente como este. Ele acha que no Conselho Nacional, ele tem cento e cinquenta e quatro conselheiros, não são cento e cinquenta e quatro irmãos. São cento e cinquenta e quatro cabeças, lá eles fazem debates intensos, quando tomam a decisão é uma. A decisão é do Conselho, todos seguem. Embora às vezes, num ambiente plural como este, há muita divergência de opinião, isso é saudável, isso é natural. O que não podem confundir diferença de opinião, com relação hostil. Isso sim é ruim para o ambiente de trabalho. Mas a divergência de opinião é a grande construtora das convergências. E é nas indagações que eles vão refletindo e coletivamente vão construindo as grandes propostas e opiniões. Então ele leva que o Conselho está unido, coeso, está muito compromissado com seu papel de Controle Social, que é ajudar a defender o SUS e melhorar a qualidade de vida do povo. Pediu licença, que ele tem um compromisso no Congresso Mundial de Promoção de Saúde, e está indo para dar sua contribuição. Agradeceu e despediu-se. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) agradeceu a presença, leve o abraço ao Ronald por parte dos Conselheiros, falou que estão solicitando a presença dele na Plenária de Conselhos. Passou para a aprovação da Ata, questionou se tem alguma contribuição, alguma alteração a ser feita? A Ata está ok? Colocou em votação. Aprovada. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) informou que a Mesa recebeu um oficio solicitando a indicação de três componentes do Conselho para compor uma Comissão Técnica para proceder à fiscalização do cumprimento do Convênio oitenta e oito dois mil e doze e Termo Aditivo um de dois mil e quatorze entre a SESA e o SISGAP, oficio um quatro nove de dois mil e dezesseis. Então a Mesa optou que ao invés de indicar três, manter uma comissão paritária do Conselho e indicarem quatro membros, sendo dois usuários, um trabalhador e um gestor ou prestador. A Mesa pede a preferência que sejam conselheiros de Curitiba e um deles faça parte da Comissão de Orçamento. Então, precisam de quatro membros do Conselho que se disponham a fazer este trabalho. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) explicou que o SISGAP é um Consórcio de Guarapuava, ali naquela região, eles têm três Consórcios e eles têm uma solicitação do MP do acompanhamento deste Convênio para fazer algumas verificações. Em conversa com a Marise do NDS (Núcleo de Descentralização do SUS) ela entendeu e eles olharam este oficio e acharam melhor ter esta Comissão, para ter este acompanhamento deve ser verificado que além do que a Comissão entendeu, para mandar à Comissão de Acesso ao SUS, mas que já tivesse esta Comissão acompanhando. Até o Amaury Alexandrino da Comissão de Orçamento, disse que queria fazer o acompanhamento, mas precisam que os membros sejam de Curitiba porque (F1) conta aquilo que não tem a deliberação de transporte, vai sair fora da lista e aí eles pedem que os demais componentes sejam de Curitiba, por isso precisam fazer esta composição. Sr. Altair (FEESMUC) disse que faz parte do Conselho Municipal de Saúde de Guarapuava e as contas deste Consórcio foram reprovadas porque foi pactuado um valor "X" e eles gastaram quatro vezes mais. Então, ele está ao par deste processo e gostaria de fazer parte desta Comissão também, haja vista que ele é diretamente interessado, tratase do seu Município, da sua Cidade. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) dos usuários que se inscreveram eles tem, o Altair, Palmira. O Altair está como Trabalhador. Sra. Palmira (FESMEPAR) abriu mão para o Altair. Sr. Amaury Alexandrino (DEFIPAR) disse que devido à logística, dificulta, perguntou se já foi pensado em alguma dinâmica para este trabalho. Pois ele por ser da Mesa Diretora, pede que se puder fazer reuniões a cada guinze dias que é o intervalo entre a reunião ordinária e a reunião da Mesa e encaixar nestes dias não teria custo, mas teria que ver o planejamento da reunião desta avaliação. Se puder encaixar nos dias da Mesa ou das ordinárias ele poderia sem problemas. Mas fora destas datas não teria como. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) disse que dentro do planejamento, pensaram em ser no dia da reunião da Mesa Diretora porque já aproveitam os que estão ali para participar. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) passou novamente os nomes dos inscritos: Altair, Trabalhador. Amauri como Usuário. Precisam que pelo menos um membro seja da Comissão de Orçamento. Malu, Usuário, Falta um representante do Gestor, A Carminha como Gestora, Fecharam esta Comissão Técnica. Citou os quatro componentes novamente. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR)



205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

passou ao segundo assunto, parecer ao Projeto de Lei na área de Políticas sobre Drogas do Paraná. PAS Paranaense. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) disse que receberam um parecer solicitando um parecer do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, referente ao Projeto de Lei. Leu o Projeto do Deputado Paranhos. Este ofício foi encaminhado à Comissão de Saúde Mental, foi feito um oficio para aprovação do Pleno se assim o entender. Leu o parecer da Comissão que é contrária ao Projeto de Lei apresentado. Leu o oficio da Comissão. Questionou se alguém gostaria de argumentar, ou discutir o parecer da Comissão. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) passou então a votação. Sr. Jeremias Bequer Brizola (UEL) a Comissão que fez a análise, é a Comissão de Saúde Mental do Conselho. A fundamentação está baseada só em Portaria e Lei. É o suficiente? Ele guer saber se é o suficiente, porque para ele não é. Ele gostaria que fosse feito uma análise mais técnica. Ele pensa que só fundamentar numa Lei Federal e uma Portaria Ministerial, ele acha que é insuficiente para ir contra um Projeto de Lei, que ele não tem conhecimento. Ele nestas situações, prefere se abster, com todo o respeito à Comissão, a menos que fizesse uma disposição mais mesmo que suscita um pouco mais técnica deste Projeto. Qual o ganho, qual o prejuízo que este Projeto propõe para o Sistema. Ou para a Atenção à Saúde Mental do nosso Estado. Em termos práticos. Esta é a sua posição. Sr. Antonio Garcez Neto (COSEMS) ele acha que o parecer é bom, mas acha que é uma oportunidade que este Conselho tem de trazer um Projeto de Lei para ser discutido e simplesmente dizer que é contrário ao Projeto de Lei, estão perdendo a oportunidade de discutir e opinar sobre o que pretendem e querem para o Estado do Paraná. Esta é uma política que estão discutindo há muito tempo, tem a oportunidade de dizer qual o pensamento e o caminho que o Conselho propõe à Assembleia para que eles debatam isso. Acha que estão perdendo a oportunidade. Acha que tem que dizer o que é contrário, dispor no que eles são contrários e qual a proposta que eles têm para isto. Senão fica muito vago. Acha que é uma oportunidade. Acha que se todos os Projetos de Lei na área da Saúde fossem enviados ao Conselho, poderiam trabalhar tão bem isto junto à Assembleia Legislativa e ter leis mais apropriadas ao interesse da população paranaense. Ele só diz, não que seja contrário, mas acha que devem debater melhor até mesmo pedir mais tempo à Assembleia Legislativa. Sr. Juliano Gevaerd (SESA) a título de informação, a Secretaria de Estado da Saúde recebeu o referido Projeto de Lei, já manifestou seu parecer e quer dizer que existem pessoas que avaliaram tecnicamente o Proieto na Comissão de Saúde Mental, a Coordenadora da Comissão de Saúde Mental, presente na reunião, junto com a Sonia que trabalhou muito tempo no Hospital Adalto Botelho, junto a outras pessoas que tem capacidade técnica para avaliar, ele leu o Projeto e avaliou tecnicamente o mesmo, além de confrontar com a legislação, com as Portarias do Ministério e com a Política Estadual de Saúde Mental, têm vários equívocos técnicos no que diz respeito à estímulo a pontos de Atenção, que não são pontos de Atenção à Rede de Saúde Mental, financiamento destes pontos de Atenção, equívoco no manejo clínico das pessoas, internação involuntária nestes pontos de Atenção que não são preconizados pela Lei. Tem vários confrontos, em termos de legislação e tem vários confrontos em termos técnicos no que pressupõe a Política, no que pressupõe a desospitalização, no que pressupõe a reforma psiquiátrica. Ele só quer explicar e dar a posição da Secretaria neste Projeto de Lei o qual já fizeram a avaliação e pediram inclusive a revisão e este Projeto foi rejeitado no próprio Conselho Estadual de Política sobre Drogas na última reunião do Conselho. Sra. Sônia Margarete Krachenski (CREFITO) falou que complementando o que o Juliano falou, está sendo debatido por várias entidades da sociedade civil. O Comad, o Conselho Estadual sobre Drogas tem se manifestado contrário pelo estudo técnico. Vai contra várias questões da Política sobre Drogas atual. Está sendo muito debatido, por várias entidades de trabalhadores e usuários em vários momentos. Sr. Jeremias Bequer Brizola (UEL) pediu desculpas pela indelicadeza em interromper, mas disse que se sente esclarecido de tal forma que ele já tem uma nova posição e está em condições de votar favorável. Sra. Rosalina (ASSEMPA) só para colocar que foi debatido pela Comissão de Saúde Mental e na Comissão de Saúde da Mulher, porque na junção, esta foi a primeira pauta da reunião. E na análise da Comissão, conforme o Juliano informa, existem muitas contradições inclusive na prestação de contas do valor investido nesta ação, não tem claro quem vai coordenar. O olhar da Comissão foi contra por causa disso. Sra. Maria Lucia Gomes (ASSEMPA) o Juliano falou do Conselho Estadual sobre Drogas, estão compondo este Conselho e o debate do Jeremias, pena que não veio para a Comissão de Orçamento, mas foi debatido por profissionais da área, MP foi totalmente contra, Judiciário, Médicos Psiguiatras foram totalmente contra. Porque como disse a Rosalina quem vai gerenciar este dinheiro, ninguém sabe. Este ano é eleitoral, mas tem que tomar cuidado com pré-candidatos à prefeituras e



261

262263

264

265

266

267268

269

270

271

272273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288 289

290

291

292

293

294295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312313

314315

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

apresentam projetos. Este Projeto não tem quem vai cuidar do dinheiro. A Comissão de Saúde Mental fez uma avaliação técnica, profissional. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) informou que o Neto após ouvir os esclarecimentos e o que foi debatido, que realmente já foi mais que debatido e podem passar para a votação. Colocou em votação o parecer e oficio da Comissão de Saúde Mental. Aprovado. Passou a próxima pauta: Plano Estadual de Saúde dois mil e dezesseis a dois mil e dezenove. E Programa Anual de Saúde PAS dois mil e dezesseis. Corrigiu, passou às Comissões que discutiram o Plano nas reuniões de ontem. Comissão de Acesso ao SUS. Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAP) informou que houve uma redação que estão terminando agora e pediu para que fossem o segundo a apresentar. Sr. Hermes (HU - Maringá) pela Comissão de Orçamento, a Comissão solicitou duas alterações, no item dezenove ponto um ponto um, alteração para aplicar no mínimo doze por cento da receita liquida. No item dezenove ponto um ponto dois, ação programada para dois mil e dezesseis, implantação da operacionalização do cartão corporativo para compra de passagens da SESA, isso foi retirado. Ação dezenove ponto um ponto treze, incluir a ação. O que foi proposto na Comissão é realizar o acompanhamento, controle e avaliação do processo de descentralização e execução orçamentária pela SESA, este item trata pela descentralização do Orçamento que a SESA vai fazer às Regionais de Saúde. Sra. Rosalina (ASSEMPA) pela Comissão de Comunicação e Educação Permanente, eles encaminharam umas propostas que eles discutiram e a Marcia não conseguiu mandar a tempo para incluir, eles colocaram na Ata que é a elaboração para contar no plano, a elaboração de uma pesquisa na avaliação do Curso que está desencadeado, trabalhar um seminário com os conselheiros que estão fazendo este Curso para ter o compromisso que possam repassar o que estão aprendendo em seus municípios e foi isso o que eles trouxeram da Comissão de Educação pra acrescentar e avaliaram o que estava, como tudo certo. Pela Comissão de Saúde da Mulher, foi encaminhada pela Terezinha um ponto que foi aceito pela SESA e da Saúde Mental, também, do SINDSAUDE encaminhou e foi aceito e um dos que o SINDSAUDE levou à Comissão e ponderaram na Comissão que não era hora de retirarem o repasse de recurso para as clínicas psiquiátricas e fortalecessem a Rede dos CAPS, ponderaram que devem fazer gradualmente, fortalecer a Rede de Saúde Mental, fazer estes debates fora, mas não é hora de tirar este recurso. Os municípios já quando eles têm recursos eles não tinham esta política de construção de CAPS e agora com esta situação que está o País estão vendo o conflito que está havendo no tratamento de Saúde Mental. A Comissão votou em manter no programa entendendo que é uma discussão que precisam fazer, eles citaram uma reunião que tiveram na Regional de Londrina, da SESA com os prefeitos, o compromisso da Saúde Mental é fazer esta discussão regional para fortalecer esta Política mas tem que manter estes recursos dentro do Plano. Não sabe se alguém da Comissão quer contemplar mais alguma coisa, mas foi este debate que foi feito na Comissão ontem. Sra. Talita Lisandra de Oliveira Rosa Gomes (SINDSAUDE) pela Comissão Intersetorial de RH, ontem eles fizeram a discussão dos indicadores do PAS nas duas Comissões, não houve nenhuma alteração, se mantendo todas as que tinham escritas. o Lucio colocou sobre as alterações que tinham sido feitas, mas a Comissão achou melhor deixar como estava antes. Sr. Custódio Rodrigues do Amaral (UGT PR) pela Comissão de Vigilância Sanitária e DST AIDS, tiveram três assuntos que já foram corrigidos, na fala da Sandra Tolentino sobre o LACEN, que é a supervisão nos laboratórios quanto a gestão da qualidade e biossegurança, manutenção dos cadastros dos laboratórios atualizados. Apresentação de relatório em reuniões macrorregionais. No quinze ponto um ponto dezoito o Conselheiro Hermes da UEM questionou sobre a diretriz, obra construída e fez a sugestão para alterar para obras construídas em funcionamento. Essa sugestão foi acatada e serão feitas as alterações sugeridas. (F2) Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAP) Comissão de Acesso ao SUS, informes gerais do Plano Estadual de Saúde dois mil e dezesseis a dois mil e dezenove. O Juliano, representante da SESA recebeu as propostas enviadas pelos conselheiros e relatou na Comissão, que as propostas foram analisadas pela SESA e foram elas: O Conselho Regional de Nutricionistas, incluir na diretriz sete, qualificação da Atenção da Primária à Saúde, ações, garantir a organização e a estruturação da linha de cuidados do sobrepeso e da obesidade na Rede de Atenção à Saúde às pessoas com doenças crônicas. Terezinha Aparecida de Lima (IBDA) diretriz seis, implantação da Rede de Atenção à Saúde do Idoso, elaboração e distribuição de matérias educativas e preventivas para os profissionais de saúde e sociedade com vistas à saúde do idoso. Diretriz cinco, Fortalecimento da Rede da Pessoa com Deficiência, incluir a palavra adaptação no objetivo um: articular a promoção, prevenção, assistência e a reabilitação para pessoas com deficiências nos pontos de Atenção à



317

318

319

320

321 322

323

324

325 326

327 328

329

330 331

332

333 334

335336

337

338

339 340

341 342

343

344

345

346

347348

349

350

351

352

353

354

355

356 357

358 359

360

361

362363

364 365

366

367

368369

370371

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

Saúde. Ações, incluir preventivos. Elaboração, impressão e distribuição de materiais técnicos, educativos de orientação para profissionais e comunidade, incluir desenvolvimento de metodologia para o registro de dados referentes aos testes do coração, teste da orelhinha e triagem auditiva. O Woldir do SINFITO pede a manutenção da palavra fisioterapia conforme apresenta o texto original da diretriz cinco, Fortalecimento da Rede de Atenção da Pessoa com Deficiência. João Maria Ferrari Chagas IBDA, diretriz cinco, implantação do Sidora tornando obrigatório o cadastro de pessoas com síndromes e doenças raras no Paraná, para identificar e desenvolver ações de atendimento imediato a esta demanda. Realizar exames de emissões oto-acústicas evocadas para triagem auditiva em cem por cento dos nascidos vivos em hospitais e maternidades. Obrigatória a realização gratuita de todos os hospitais e maternidades. Realizar teste do olhinho em cem por cento dos nascidos vivos, Resolução SESA trezentos sessenta e sete de agosto de dois mil e nove. Ações que contemplam todas as metas da Rede, implementação de educação permanente para melhoria em detrimento a pessoa com deficiência de forma descentralizada onde toda a região do Estado tenha fácil acesso. Jeremias Brizola da UEL, fortalecimento da estratégia da segunda opinião formativa. Estes foram aquelas solicitações dos Conselheiros acatadas pela SESA. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) todas as Comissões discutiram e entraram em consenso, inclusive com o Gestor no momento da apresentação, tudo o que as Comissões colocaram e chegaram às suas conclusões foram aceitas, conversando com a Carminha a respeito disso e tudo o que foi decidido pelas Comissões foram aceitos, pontos acatados e serão reformuladas dentro do PES. Verbos e termos utilizados serão alterados para garantir o uso dos recursos. Sr. Amaury Alexandrino (DEFIPAR) falando como Conselheiro e não como Comissão. Ele disse que existe um conflito na aprovação, não no Plano Estadual porque ele não contempla valores, mas na Programação Anual, todos os anos estão discutindo o RAG, não reprovando, mas aprovando com ressalvas por conta das acões que como o HPM não são consideradas ações em Serviços de Saúde. Sempre ressalva da não concordância. Aí tem um Plano Anual de Saúde onde tem estas acões e como o Conselho fica? Se aprovar na íntegra, como podem discutir no RAG depois? Se aprovar a Programação Anual de Saúde, como poderão questionar estas ações depois? Se aprovaram a execução do Plano? Como resolver este conflito? Irão aprovar com ressalvas, que não concordam com estes valores, ou pedirão a retirada, mas esta retirada é muito complexa, ontem o Olavo já explanou sobre esta questão, porque o Governo tem que resolver esta questão, porque para retirar daqui tem que colocar mais recurso na Saúde e tem que tirar de outro lugar. Como irão resolver a aprovação da PAS agora, para depois reprovar depois? Isto será contraditório. Essas são suas indagações, estes dois itens que estão constando ainda e como irão resolver essa questão. Sra. Terezinha Lima (IBDA) só colocando que no relato da Comissão de Acesso tem algumas coisas que faltam, mas a SESA já tinha concordado e até eles já tinham feito a alteração lá pelo que o Juliano havia lido. Agora ela fica preocupada com uma situação que ela quer trazer aqui porque tanto no e-mail quanto na Comissão ela comentou, fez a solicitação porque está lá fortalecimento da Rede da Pessoa com Deficiência, e bem lá atrás, no primeiro mandato da Gestão, ela pediu que tirassem fortalecimento e colocasse implantação e implementação e ela acha que cabe em outras ações onde constam fortalecimento. Qual foi a justificativa, a palavra implementação não existe, só um instante. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) pediu que a Sonia falasse enquanto ela procura. Sra. Sônia Margarete Krachenski (CREFITO) na outra reunião ela tinha falado sobre o Centro de Especialidades e Reabilitação, mas não mandaram escrito e ela acha que não está contemplado no Plano, então pede para reiterar seu pedido de inclusão do fortalecimento dos serviços de Rede e a inclusão do CER, uma vez que foi solicitado para a outra Gestão. Dois foram iniciados, mas não foram incluídos. Isso foi uma proposta da Conferência que está no item quarenta e sete na página oitenta que é a criação de serviços de especialidades em reabilitação. Sra. Elaine (SINDSAÚDE) ela queria um esclarecimento da Mesa, quando a Mesa fala de colocar para votar, é aprovar ou não o Plano? Então, ela quer ainda levantar à SESA, consta no documento do Plano que no dia vinte e cinco de novembro do ano passado começou a fazer o estudo. Eles receberam o documento e estão discutindo há três meses e a SESA há seis. Sendo que parte dele, receberam há quinze dias atrás e que eles tiveram dez dias para dar sua opinião, o SINDSAÚDE apresentou um documento questionando e pedindo esclarecimento sobre a parte da análise situacional. Este documento passou como se não existisse. Então, se na análise situacional apresentam-se vários problemas, todos devem ter lido sobre o esgoto sanitário no Paraná, passando por outras situações que demonstram a necessidade de aprofundarem o tema. Passando pela situação concreta do Estado em relação à



373374

375

376

377378

379

380

381

382

383

384 385

386 387

388

389 390

391 392

393

394

395

396

397

398

399

400

401 402

403

404

405

406

407 408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420 421

422

423

424 425

426 427

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

Dengue, passando pela situação de que todas as metas têm indicadores, ontem ela perguntou se o indicador, ela comparou com o Plano Estadual anterior e ela perguntou porque o indicador era um por cento ou cinco por cento, nem os Conselheiros sabiam que eram cinco por cento para os quatro anos. Então, ela disse que eles avaliam, e tem mais um item, mas assim, a Rede Própria da SESA é citada na página nove, o CRAID o CPPI e mais alguns e depois desaparecem. Então, a Rede Própria da SESA passa ao largo do Plano. Ela termina sua fala, mas finaliza dizendo que na avaliação que por ser um instrumento de gestão tão importante, eles não têm condições ainda de votar. Para encerrar, pode estar enganada, mas não sabe se a Comissão de Orçamento viu, mas tem um questionamento ainda, pois a questão da pensão de Hanseníase, voltou para a Saúde, são mais duzentos e quarenta milhões que estão perdendo? Ela também tem esta preocupação. Sra. Terezinha Lima (IBDA) mostrou um áudio, onde falam que implementação e implantação são palavras frequentemente utilizadas no âmbito jurídico de projetos empresariais e que apesar de serem apresentadas como sinônimos as palavras têm algumas diferenças. Onde implantar significa iniciar enquanto implementar significa por em prática. A palavra implementação existe. Só afirma que a palavra não faz parte do dicionário antigo. Como ela diz, fortalecimento ele pode estar numa ação, fortalecer. Agora, na diretriz, principalmente na que trata da Pessoa com Deficiência, podem olhar que nas demais também poderiam estar olhando, que poderiam estar "implantar", porque têm muitas coisas que não existem, se não existe tem que implantar e depois você implementa. Ela gostaria que fosse implantar e implementar a Rede da Pessoa com Deficiência assim como outras demais também. Só tem como fortalecer o que existe. Sra. Cleide de Oliveira (FUNSAUDE) só colocar o seguinte: a questão da análise situacional, a SESA apresentou já no início do segundo semestre, as questões de como estavam os indicadores e isso depois apresentaram novamente de forma consolidada, na forma do documento oficial que eles trabalhariam o PES e acha que todos os conselheiros aqui sabem que o Plano é para quatro anos. Se surpreende muito alguém dizer que não foi esclarecido que o Plano Estadual era de guatro anos. O Plano Estadual é um Plano de guatro anos. E uma outra questão: indicadores, quando fala, foi um indicador de um por cento, dois por cento, cinco por cento, tudo tem que ver no contexto de como estava. Por exemplo, na questão da Hanseníase, hoje o Paraná é o único Estado que atingiu o percentual de cura no Brasil, estão sendo considerado um Estado que está caminhando para a eliminação da Hanseníase, portanto, o preconizado no Brasil para considerar em processo de eliminação é atingir um determinado valor, o Paraná atingiu, quando fala não irão manter, irão manter o preconizado para eliminar, então colocarão um desafio de mais cinco por cento. Isso não significa desmerecer a meta, significa que a meta onde eles atingiram até agora é preconizado pelo MS estão acima e com o desafio grande para manter aquilo que conseguiram até agora e caminhar um pouco mais. Outra questão: em relação ao tempo, ela gostaria de lembrar a todos que a questão, haviam feito um calendário inicial para concluir o PES em julho e que foi pedido pelo Conselho particularmente na pessoa, no representante do SINDSAUDE naquele momento, que o PES tinha que antecipar o prazo. Então, fizeram um esforço imenso com todos inclusive com o Conselho, todos assumiram o compromisso de antecipar o prazo do Conselho, de terminar o Plano Estadual, infelizmente diminuiu para todos. Queria deixar claro que consideram todos os indicadores e lembrar que o PES, que nunca uma construção foi tão democrática. Sr. Hermes (HU - MARINGÁ) quanto à questão dos encargos com pensões para portadores de Hanseníase, ontem na Comissão de Orçamento, na apresentação, foi questionado isso e o Olavo declarou que este valor, apesar de estar incluído na SESA, não faz parte do percentual da Saúde. Ele acha que talvez está em dúvida, na sua colocação, ele acredita que estavam discutindo o PES e o de repente a PAS entrou junto, mas a respeito da PAS uma colocação que a Comissão fez, ela entende que não deve ser incluído como gastos com Saúde, o SAS, ação quatro dois treze e o repasse ao HPM, mas isso na Programação Anual de Saúde. Isso que o Conselho tem tomado de posição. Em relação ao PES, ele teve o cuidado de tentar tudo para encontrar alguma ação que permitiria a presença do HPM e do SAS e não encontrou. Sra. Elaine (SINDSAUDE) talvez tenha se expressado mal, vai se explicar para que todos entendam. Ela não disse que ela não sabe que o Plano era para quatro anos, ela disse que existe, por exemplo, uma meta da Rede de Urgência, que diz, diminuir em cinco por cento a taxa de mortalidade por causas externas. O Plano Estadual anterior dizia assim: reduzir em um por cento em dois mil e onze, e de dois mil e doze a dois mil e quinze irá diminuir em tantos por cento. Esta metodologia usada no Plano anterior, pois compararam os dois Planos o tempo todo, que ela só descobriu ontem ao perguntar e por isso ela diz que pode dizer que este indicador é tímido, teve como resposta que não,



ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

428 que poderia considerar este indicador como prudente. Ela não sabe se o Conselho comparou os 429 indicadores e viu o que é tímido, o que é ousado e o que é prudente. E é disso que ela está falando. 430 Do cuidado de terem clareza de quais são os indicadores, quais são as metas, porque ela leu ontem 431 na Comissão e lerá novamente o que o TCE disse na Prestação de Contas, na análise das contas do Governador de dois mil e quatorze e o SINDSAÚDE registrou o documento no Conselho: 432 "destacamos também que chama a atenção feita pelo TCE sobre a avaliação das contas do 433 434 Governador, Exercício de dois mil e quatorze, diz o parecer: "as metas estabelecidas no Programa 435 Saúde para Todo o Paraná, carecem de um desafio, de um objetivo a ser alcançado relatando 436 apenas os trabalhos rotineiros das Unidades de Saúde, não servindo igualmente de parâmetro para 437 aferir o desempenho do Programa na busca de melhores resultados e retorno à população. Assim, 438 recomenda-se ao Poder Executivo que ao elaborar o novo PPA estabelecam metas que reflitam 439 qualitativa e quantitativamente os objetivos a serem alcançados a fim de propiciar melhores serviços 440 de Saúde à população paranaense". Em relação a questão de adiantar, o SINDSAUDE desde o ano 441 passado dizia e pediu pauta, Plano Estadual de Saúde, o atraso não foi do Conselho. O que ela está 442 dizendo, para encerrar não é que o Plano foi mal construído, é que vários dos indicadores ela não quer depois, dizer "ah, este indicador é ruim ..." e uma coisa que ela diz Sezifredo, ela Elaine e o 443 444 SINDSAUDE sempre pensam o seguinte: a SESA tinha que ser exemplo para os municípios e neste Plano, a Rede está esquecida. Quer mesmo que o Diretor Geral fale. Ela está esquecida. A Rede 445 446 Própria, pensam em num monte de esquecimento, mas a Rede Própria, os Serviços Próprios da SESA estão esquecidos. Qual o objetivo disso? Sra. Terezinha Lima (IBDA) quando estava na 447 448 Programação, em julho a apresentação, ou a votação? A apresentação e votação em julho, certo? 449 Quem falou sobre uma apresentação antecipada, não foi a Entidade da Elaine, foi ela. E se 450 resgatarem a Ata, ou se não tiver na Ata, resgate a fala. O que foi colocado, que ela colocou e 451 insistiu para que fosse aprovado, porque toda vez vem no mês de julho para apresentação e a aprovação imediata. Porque não tem tempo. Então faziam toda a alteração, chegava lá, não dá mais 452 453 para alterar porque já está em andamento e não era alterado. A solicitação que ela fez e foi 454 aprovada, apresentação do Plano como foi feito em março, em abril, discussão nas Comissões em 455 maio e apresentação e reapresentação do Plano em junho com todas as alterações feitas pelos Conselheiros e aí sim, a aprovação. Foi esta a metodologia que foi adotada lá no final. Se está 456 457 diferente na Ata, resgata a fala porque a fala foi dela. Seria a apresentação, discussão nas 458 Comissões, apresentação no Pleno e retornando com a apresentação com as modificações e foi isso 459 que foi aprovado. Sr. Amaury Alexandrino (DEFIPAR) só para esclarecer que a Cleide "puxou-lhe" 460 a orelha, porque ele misturou as coisas. Estava-se discutindo o PES e ele falou da PAS, mas como 461 na pauta está lá os assuntos, juntos, Plano Estadual e Programação ele entendeu que estavam discutindo junto, até porque os dois são atrelados. Então se está sendo discutido somente o Plano, 462 463 então o Plano não traz, pediu para o Mauricio buscar uma cópia do Plano para verificar se trata de 464 valores, como ele não trata de valores, então discutam o Plano primeiro. Mas sua fala sobre a PAS 465 já fica antecipada então, que depois terão que resolver. Sra. Cleide de Oliveira (FUNSAUDE) 466 retirou a fala dela. Sr. Sezifredo Paz (SESA) cumprimentou a todos, ele acha que é muito 467 importante dar todos os esclarecimentos sobre as diretrizes sobre o PES que foram concebidos, 468 aliás, importante dizer, que ele acha que este Conselho vem discutindo o Plano Estadual de Saúde 469 há muito mais tempo que dez dias. Subestimar a memória das pessoas aqui, não é uma coisa boa. 470 Colocaram em todas as diretrizes praticamente, todos veem que há um olhar muito especifico acerca 471 dos investimentos na Rede Própria da SESA, ele acha que todos podem ver que eles têm em quase 472 todas elas a presença também de fortalecimento, de investimentos na Rede Própria da SESA. Mas, 473 falará especificamente da diretriz treze, página vinte do Caderno. A meta para dois mil e dezesseis 474 das unidades hospitalares, algumas eles dependem de parceiros, como o Hospital de Londrina, mas 475 por exemplo de Ivaiporã já está, a obra será licitada nos próximos dias. As Unidades de Guarapuava 476 que já está em pleno andamento, já citaram aqui. E a de Telêmaco Borba que está em período de 477 conclusão da primeira etapa, as Unidades de Saúde que eles planejaram iniciar já. Algumas que 478 estão sendo, a ideia de construção e outras de reforma (F3) a ideia de construir o prédio anexo da 479 SESA, aliás este prédio passou por uma reforma muito grande. Este é um reflexo em quase todas as 480 Unidades Próprias, quase todas elas passam pelo que o Michele chama de "consertação". A questão 481 do Complexo Regulador, a reforma da Escola de Saúde Pública e a sua nova locação, isso já na 482 página vinte e um. Aquisição de veículos, todos são testemunhas da renovação da frota, enfim, ele 483 deu alguns exemplos. Ele também poderia falar da Rede Hemepar, de todos os investimentos que



485 486

487 488

489

490

491

492

493

494

495

496 497

498

499

500

501 502

503 504

505

506

507 508

509

510

511

512

513

514

515516

517

518

519520

521522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532533

534

535

536537

538539

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA

SUS Striens de Saide

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

eles vêm fazendo nesta Rede. Na diretriz da Vigilância, na quinze, Elaine, tem lá uma meta na página trinta e um que desmente o que falou sobre os investimentos CPPI, nesta mesma página tem a questão do LACEN, quer dizer, quando alguém vem aqui e fala alguma coisa tem que ter respeito com a verdade, senão, passa para os outros Conselheiros a ideia errônea de que não está se cuidando da Rede Própria da SESA, quando não é verdade. Estão havendo muitos investimentos e muitos estão previstos no PES. Quanto aos indicadores, ele acha que de fato tem indicadores que consequem ser mais ousados, colocar de repente desafios maiores e outros que tem paulatinamente conseguindo obtê-los de modo que consigam numa gestão de quatro anos, ou neste caso, irão completar oito anos, um resultado significativo. Exemplificando, mortalidade infantil, no Paraná, vem caindo, mas não de maneira tão abrupta quanto gostariam. Ela vem nos últimos anos caindo, mas de maneira bastante sólida, consistente, gracas ao trabalho que vem sendo feito principalmente no caso da Rede Mãe Paranaense e pelo fortalecimento do HOSPSUS. Gostariam que tivesse tido um salto tão grande quanto à mortalidade materna, mas isso nem sempre é possível. A mesma coisa acontece com as causas externas, eles gostariam de estar comemorando embora eles já possam dizer que, por exemplo, a mortalidade por acidentes, eles conseguiram nos últimos cinco anos, vinte e um por cento de redução. Isso não é pouco. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) informou que estão controlando o tempo, mas como a Mesa entende que ele está respondendo questionamento de todos os que falaram, a Mesa dará mais tempo. Sr. Sezifredo Paz (SESA) agradeceu, acha que esclarecer as pessoas é um grande objetivo aqui no Conselho. No caso da mortalidade por causa cardiovasculares, diminuíram sete e meio por cento nos últimos cinco anos. Gostariam de ter diminuído mais, obviamente, mas com certeza o Paraná é um dos Estados que mais diminuiu também. Algumas explicações que ele acha que devem ter antes de usarem algumas falas aqui no Pleno deste Conselho. Porque senão irão subestimar a inteligência dos Conselheiros. E isso não aceitam. Sra. Elaine (SINDSAUDE) ela pegou o Plano Estadual de Saúde que terminou sua vigência em dois mil e quinze, o SINDSAUDE sempre se preocupou com este primeiro semestre não terem Plano Estadual de Saúde, eles registraram em Ata no ano passado. Ela só quer levantar alguns dados, quando o Secretário assumiu antes do PES ele disse que naquele ano iriam reformar as cinco Unidades gêmeas das Regionais de Saúde. As cinco Unidades gêmeas são: Campo Mourão, Cianorte, Paranavaí, Cornélio Procópio e Apucarana. No PES consta na página um nove sete, construir, ampliar e reformar oito Regionais de Saúde em dois mil e doze. De dois mil e treze a dois mil e quinze, construir, ampliar e reformar quatorze Regionais de Saúde, totalizando vinte e duas. Foram nos quatro anos, reformadas duas. Ela achava que Paranavaí continua em obras, Cianorte que reformou e Apucarana que reformou muito também em função do Consórcio, as outras duas tudo bem, recurso do povo. As outras duas que é Cornélio e Campo Mourão, não foram reformadas. Lógico que eles querem que reformem o DEMP, o LACEN está em reforma há muito tempo. Telêmaco Borba ela acha que é um desperdício do patrimônio público inaugurado em dois mil e dez, não ter um leito até hoje. Foram quatro anos para fazer uma licitação. O que ela está questionando não é a inércia, ou a não inércia, ou as dificuldades de fazer a licitação. O que ela questiona é que será que estão aprovando metas que elas serão realizadas, ou terão vinte e duas Regionais no papel reformadas ou ampliadas ou terão de fato. É isso, é o que ela falou antes, o indicador é tímido, prudente ou ousado. Ela não sabe, não tem clareza disso. Ela poderia falar muito mais, o LACEN há quanto tempo a SESA está falando que a fase dois será ampliada, estão trabalhando num prédio que não tem condições de trabalho. Lógico que a SESA foi reformada, mas olhem o Centro de Reabilitação, peguem o Relatório de Gestão, são vinte e cinco leitos guando tem oitenta. O Campo Largo, então, Sezifredo, o que eles guerem é isso, que a Gestão ao invés de só repassar dinheiro para Consórcio, para iniciativa privada ou para o VIGIASUS, então não tem sistema de monitoramento porque não tem servidor, ela só vai falar isso respeitando o tempo a mais que ela teve. Na parte de gestão do trabalho, no Plano Estadual anterior tinha contratação, tinha números, tinha um Plano de Carreira, ela avalia que um Plano Estadual de Saúde sem ter conversado com os servidores da ponta, ele não reflete as necessidades totais, uma audiência pública, por macro. Uma consulta pública na internet, é disso que ela está falando. E é extremamente não tem na questão da gestão do trabalho um projeto de valorização da equipe própria da Saúde. Sra. Moacir Gerolomo (MS) falou que não irá entrar muito no detalhe das reformas, consertos, etc. porque não é sua área, ele é epidemiologista. Mas acha que o recurso do SUS não é infinito. Ele acha que tem que pensar em rever esta Programação porque às vezes não conseguem dar continuidade. Lembra que no Governo do Requião foram construídos vários



541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552553

554 555

556

557

558

559 560

561

562

563564

565566

567

568

569 570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586 587

588 589

590

591

592593

594

595

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

hospitais, o LACEN foi inaugurado pelo Presidente Lula, sem um equipamento lá dentro. Não tinha uma cadeira. Então ele acha que a SESA não tem mais este tipo de comportamento, inaugurar quando estiver pronto. Já veio para eles na auditoria, quando um ministro vem, uma autoridade, para fazer uma vistoria para verificar se a unidade está pronta mesmo para a inauguração e eles veem cada absurdo, unidade ainda que não tem nem piso, nem janelas, e chamam ministro para inauguração, não é a SESA, são prefeituras. Os indicadores de Saúde, deviam incluir na capacitação dos Conselheiros uma aula de indicadores de Saúde e de Epidemiologia descritiva, porque o entendimento, não aceita essas coisas de ousado, tímido. Não existe isso em indicador de Saúde. Um indicador de Saúde para ir para o Plano tem que ser muito bem avaliado pela área técnica o que é possível. A Cleide, por exemplo, apresentou aqui não lembra se há um ano, dois anos, a questão da meta da cura de Hanseníase, ele disse que era ousado demais, era muito forte, não irá conseguir, mas conseguiu. Atualmente, o que se coloca de indicadores de Saúde, tem que responder para o MP, para Justiça etc. Não pode, tem que ser honesto, colocar indicadores de Saúde que sabe que terá condições de cumprir. Não é uma questão de ser tímido. É uma questão de dizer o que conseque atingir hoje. Isso é uma avaliação feita pela epidemiologia descritiva, pela área técnica. Saber como caminhou até hoje e ver o que consegue. Ele acha que a sua proposta finalmente, é no próximo treinamento de Conselheiros de Saúde organizar uma aula de indicadores de Saúde. epidemiologia descritiva e tem alguns livros, Elaine, que podem ser consultados, são bem tranquilos, bem clássicos. É uma questão de ser prática e honesta na hora de fazer sua proposta, não pode fazer uma proposta de atingir dez por cento quando sabe que não chegará a três. Sra. Rosalina (ASSEMPA) só respondendo para o Moacir que no Curso de qualificação de Conselheiros, um dos módulos trabalha com a questão do instrumento de gestão onde trabalham com a questão de construção de Plano, meta e indicador de Saúde. Está trazendo uma grande inquietação nos municípios porque vários prefeitos não estão querendo dar informação aos conselheiros municipais sobre as acões que são feitas. Também queria dizer, em relação ao Plano, talvez algumas das falas da Elaine sobre os indicadores, ela acha que são coisas fáceis de conversar entre a SESA e SINDSAÚDE, mas tem que aprovar o Plano, não podem ficar com este processo parado porque tem responsabilidade tanto do Conselho como da SESA sobre as metas que eles têm que desenvolver. Ela acha que só falta conversar e encaminhar, mas hoje, precisam sair com este Plano aprovado, pois não dá mais para ficar esperando. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) informou que a Mesa tem conversado entre si da mesma forma como colocado para as Comissões e entendem que as Comissões fizeram suas discussões, foi aberto prazo conforme a solicitação deste Conselho, estabelecesse prazo para a SESA enviar aos Conselheiros para que eles pudessem olhar, avaliar o Plano antes de chegar na Comissão, como já atendendo até o que foi estabelecido lá no passado, que chegaram em cima da hora e o prazo e tinha que mandar, então, entendem se este Conselho estiver esclarecido a SESA se prontificou de tudo o que as Comissões levantaram ser incluso e nas falas dos técnicos em todas as Comissões foi, após a discussão, acatar todos os textos daquilo que foi considerado. A Cleide até colocou o seguinte, junto com a Carminha, que até irão estudar a respeito daquilo que a Terezinha trouxe, da questão do implementar porque na hora que entra na correção de texto, o dicionário não busca as últimas palavras que está se utilizando, então será estudado para adequação do texto que a Terezinha levantou. Ela acha que isso é uma construção, nem tudo será contemplado, especificamente em cada opinião, mas entende que as Comissões, debateram, puseram suas contribuições, chegaram a um consenso, fazem a construção do consenso daquilo que as Comissões trouxeram, entende que podem sim, estão com o Plano que eles precisam, que isso possa ser finalizado. Não entende aqui, enquanto Mesa, que precise de mais um tempo para discussão. Entendem que irão colocar na aprovação e verão a condução da aprovação. Diante dos esclarecimentos que já tiveram e passem para a aprovação do Plano. Pediu para os favoráveis levantem seus crachás. Vinte e um favoráveis. Contrários levantem seus crachás. Dois contrários. Abstenção. Quatro abstenções. Aprovado o PES. Justificativa do voto. Sra. Mônica (SINDSAUDE) justificou o voto contrário ao Plano Estadual, há muitos itens que não foram aprofundados o suficiente para o entendimento deles. O SINDSAUDE listou vários questionamentos sobre este Plano, vários esclarecimentos das análises situacionais que não foram debatidos. A Rede Própria da SESA parece incompleta na avaliação das metas. Leu o documento do SINDSAÚDE que foi apresentado para o Conselho, os principais questionamentos por não votar a favor do Plano. "O atraso institucional tem por conseguência o prazo escasso para análise do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, isso significa que a Gestão teve mais de cinco meses para elaboração do Plano,



597 598

599

600

601

602 603

604

605

606

607 608

609

610

611

612

613 614

615 616

617

618

619

620

621 622

623

624

625 626

627

628

629

630

631

632 633

634

635

636 637

638 639

640

641

642643

644

645

646

647

648 649

650 651

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

mas que o Conselho tem poucos dias para analisar e opinar, portanto o processo é truncado e favorece somente a posição da Gestão. Afirmamos que são cinco meses pelo que está expressamente registrado na página dois do documento de analise situacional, onde consta a primeira oficina aconteceu em vinte e sete de novembro de dois mil e quinze. Ou seja, o Plano Estadual de Saúde explicita os compromissos do Governo para o setor de Saúde num recorte de quatro anos e o Conselho Estadual de Saúde do Paraná deve participar, não só de sua fiscalização, mas da elaboração, pelo tempo extremamente curto para fazer o debate. O Controle Social fica prejudicado em cumprir o que reza o Regimento do CES Paraná e as leis citadas anteriormente. Destacamos também que chama a atenção a afirmação feita pelo Tribunal de Contas do Paraná, com relação à avaliação das contas do Governador em exercício, dois mil e quatorze. Diz o parecer: as metas estabelecidas para o Programa Saúde para todo Paraná, carece de um desafio, de objetivo a ser alcançado, relatando apenas os trabalhos rotineiros nas Unidades de Saúde, não servindo igualmente de parâmetro para aferir o desempenho do Programa na busca de melhores resultados e retorno à população. Assim igualmente recomenda-se ao Poder Executivo que ao elaborar o novo Plano dois mil e dezesseis/dois mil e dezenove estabeleçam metas que reflitam qualitativa e quantitativamente os objetivos a serem alcançados a fim de proporcionar melhores Serviços de Saúde à população paranaense". E o parecer está na página dezesseis do parecer prévio. Sra. Sônia Margarete Krachenski (CREFITO) justificou a abstenção. Quando falaram sobre o cronograma do PES, lembra que até a Terezinha colocou que muitas vezes aprovam como estão aprovando agora um Plano e eles não veem a versão final, muitas vezes, mesmo falando que será alterado, acreditam que sim, mas para realmente ver a versão final, ter a versão final, ver se foi contemplado todos os itens que foram conversados, acha que desde a reunião do mês passado foram sugeridos, não só por escrito mas o que foi falado aqui na reunião. Sra. Palmira (FESMEPAR) justificou sua abstenção na votação porque no seu entendimento hoje haveria discussão e na Agenda Mínima do Conselho a aprovação do Plano seria na próxima reunião, isto está no site do Conselho. O que aconteceria todas as discussões hoje e o Plano seria apresentado com todas as mudanças e sugestões das Comissões, no seu entendimento, não discorda em relação às alterações ou ao Plano, só que diante da Agenda Mínima do Conselho a data está vinte e quatro do seis para votação e aprovação ou não do Plano Estadual de Saúde. Por isso ela se absteve em relação à votação. Sra. Cleide de Oliveira (FUNSAÚDE) pediu para lembrar a todos que a antecipação da votação do Plano foi feita por solicitação de Conselheiros, quer colocar também votaram o Plano, o Plano não fica escondido, ele estará transparente para todo mundo, este processo foi transparente até agora e ela pensa que está votado, a grande maioria votou e tem uma pauta que é agora das Comissões que irão discutir e apresentar a PAS que precisam continuar. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) passou à Programação Anual de Saúde - PAS dois mil e dezesseis. Sra. Terezinha Lima (IBDA) ela só quer voltar a falar, Cleide, que não foi pedido adiantamento de apresentação e aprovação, o pedido foi adiantamento na apresentação para os Conselheiros, discussão nas Comissões, depois retornava para o debate e depois aprovação. Agora, se alquém viu lá que está na Programação para o dia vinte e quatro, antes da aprovação deveria ter sido levantado isso para que tomasse consciência pois está uma coisa lá e eles aprovaram antes. Ela só não falou nada de retornar novamente para a próxima reunião, era demonstrando as mudanças que foram feitas, porque ontem pelo menos na Comissão Acesso ao SUS o Juliano já trouxe ela com as modificações e que tinham sido aceitas, por isso ela não levantou a questão porque ele mostrou com as alterações, a única coisa que ficou foi implantação e implementação e que ela acredita que irão cumprir pois já estava lá atrás. Agora que figue bem claro, não foi antecipação da apresentação e votação. Volta na Ata, no ano passado e foi sua fala que ela pediu para que fosse apresentado o Plano e fosse para discussão nas Comissões, onde os Conselheiros trariam a discussão e depois trariam novamente o Plano com as alterações dos Conselheiros. Isso está bem claro lá. Sra. Cleide de Oliveira (FUNSAUDE) para encerrar, isso foi acordado na reunião passada em que a Terezinha não estava. Sra. Terezinha Lima (IBDA) disse que estava na reunião passada e na reunião passada seria simplesmente aprovada e ela pediu para que viesse a discussão para o Conselho e aí foi levantado os dez dias para apresentar as discussões. Sra. Cleide de Oliveira (FUNSAUDE) disse que devem passar para a PAS senão ficarão discutindo algo que já foi. Sra. Moacir Gerolomo (MS) ele acha que este encaminhamento não é só para este momento, mas para todas as reuniões futuras do Conselho, pois discutem, discutem, discutem, votam, a ampla maioria aprovou e aí voltam a discutir. Se alguém quer fazer declaração de voto, faz a declaração de



653 654

655

656

657

658 659

660 661

662

663 664

665 666

667

668 669

670

671 672

673

674

675

676 677

678

679

680

681

682 683

684

685

686

687

688 689

690

691

692 693

694

695

696

697

698

699

700 701

702

703

704 705

706 707

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

voto, mas que isso não gere mais discussão. Olha o tempo que estão perdendo, tornando a reunião exaustiva. Sugestão à Mesa, votou, acaba a discussão neste nível. Sugere até que os microfones desliguem após. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) passou à Programação Anual de Saúde - PAS dois mil e dezesseis, Comissão de Orçamento. Como é Orçamento, perguntou se podem controlar em cinco minutos para apresentar. Sr. Hermes (HU - MARINGA) foi apresentado a PAS (F4) na Comissão ontem e a mesma alteração que pediram no PES foi solicitada na PAS que seria a aplicação de doze por cento. Aplicar no mínimo de doze por cento da receita líquida. O que este item falava, em relação ao que estava proposto pela SESA era manter a aplicação do índice de doze por cento por Exercício da receita líquida. Entendimento do Conselho que não houve aplicação em Exercícios anteriores porque foram aprovados com ressalvas, pediram alteração para passar a aplicar para a frente. Pois não está contemplado que mantém a aplicação dos Exercícios anteriores. É uma só alteração no verbo. Houve a exclusão de uma meta que a própria SESA solicitou e incluir a ação de acompanhamento, controle e fiscalização do processo de descentralização e execução orçamentária pela SESA. Existe a meta que define que vai ter uma descentralização de execução orçamentária para as Regionais de Saúde, este projeto tem previsão de fechamento em dois mil e dezenove todas as Regionais com algum tipo de centralização, no primeiro momento com pequenos valores podendo chegar até uma descentralização maior em dois mil e dezenove. E foi entendimento da Comissão que esta descentralização tem que ser acompanhada pelo controle e avaliação e isso pode ser um controle externo, interno da SESA e mais algum órgão. E nos valores financeiros da PAS a Comissão entende que não deve ser incluído com gastos de Saúde a ação: quatro dois um treze e a ação quatro um sete nove, que seriam o HPM e o SAS. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) Comissão de Acesso ao SUS. Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAPS) de fato, eles aproveitaram discutindo juntamente a PAS, o Plano e o Relatório do primeiro quadrimestre. Só tem algo para falar sobre o Relatório Quadrimestral. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) Comissão de Comunicação e Educação Permanente para o Controle Social. Sra. Rosalina (ASSEMPA) fizeram a avaliação e acrescentaram na revisão de metas, revisão do mapa estratégico do Conselho Estadual de Saúde, como já tinham conversado, fazer uma oficina de planejamento estratégico do Conselho apontando as ações de dois mil e dezesseis a dois mil e dezenove. E também elaborar o projeto de pesquisa em dois mil e dezesseis para ser aplicado em dois mil e dezessete. Continuou na PAS a elaboração do Plano de Comunicação para fortalecimento do Controle Social, é uma pauta que precisam garantir na PAS. Só corrigindo, tem outras diretrizes que apresentaram nesta Comissão, que é a dezesseis responsável pela Escola e dezessete da Ouvidoria, também foi apresentada e foi aprovada pela Comissão. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) Comissão de Saúde da Mulher e Comissão de Saúde Mental. Sra. Rosalina (ASSEMPA) a Comissão de Saúde da Mulher, também foi apresentada, foi discutida, na Comissão da Saúde da Mulher, o que foi questionado, mas a Debora da SESA orientou e a Marcia estava lá, que era a questão da taxa de cesárea para diminuir a idade das mulheres. Na explicação que foi dada era que tinha que manter esta meta, pois trabalham conforme os indicadores do INCRA e não podem trabalhar nesta meta diminuindo agora, quando tem a necessidade sim, aí é avaliado se a mulher é mais nova e precisa fazer a mamografia e ver a disponibilidade. A questão da Saúde Mental também foi trazido esta questão de a Comissão fazer este fortalecimento nas macrorregionais para discutir a questão da Política da Saúde Mental. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) Comissão de Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Comissão Intersetorial de Recursos Humanos. Sra. Talita Lisandra de Oliveira Rosa Gomes (SINDSAUDE) os comentários são os mesmos do Plano Estadual de Saúde, não teve nenhuma alteração. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) Comissão de Vigilância em Saúde e Comissão DST AIDS. Sr. Ângelo (CONAR) Comissão de Vigilância não tem nada a acrescentar. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) passou para as discussões. Sr. Amaury Alexandrino (DEFIPAR) voltando a sua fala sobre a Programação Anual de Saúde, ele quer colocar as propostas que terão que votar, não é só aprovar sim ou não, tem as duas ações, irão aprovar com ressalvas, aprovar a Programação Anual de Saúde com os itens, ou irão fazer uma ressalva também, para depois quando chegar o RAG e ter a mesma ressalva e dar sequência nisso. Tem que colocar as propostas, as três opções: sim, não e com ressalvas. Sr. Jeremias Bequer Brizola (UEL) o seu posicionamento vai no mesmo sentido que a do Amaury, está disposto a votar a aprovação com ressalvas, ou seja, retirando o HPM e o SAS da conta da Saúde. Esse seria seu voto, se ele pudesse declará-lo já. Sra. Carminha (SESA) queria reforçar a proposta de voto que possam, votar a PAS com ressalva em função de que a SESA



709 710

711

712

713 714

715

716

717

718

719

720

721 722

723

724

725 726

727 728

729

730

731 732

733734

735

736 737

738

739

740

741

742

743744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760 761

762 763

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

vem fazendo esforços junto ao Governo, vem conversando para que essas situações sejam resolvidas. Eles sabem, não é uma questão única e exclusivamente da SESA, não é uma iniciativa da Secretaria e sim do Governo, mas eles têm feito gestão junto à Secretaria especialmente com o Secretário de Fazenda para que estas coisas se resolvam e as tratativas tem sido muito boas pelo que eles têm acompanhado, indicar que possam votar isso até para reforcar mais ainda o argumentos junto à Secretaria de Fazenda e ao Governo para que possam então reorganizar estas duas ações que são importantes para o Governo e eles sabem, todo processo que eles vêm desenvolvendo para que o HPM tenha solução e possa ter atendimento ao SUS, então que possam trabalhar com esta discussão aqui e votar com ressalvas para fortalecer a discussão junto ao Governo e SEFA. Sra. Terezinha Lima (IBDA) só quer tirar uma dúvida, não ficou à tarde na Comissão de Acesso, pois estava na Comissão da Mulher. Na questão da PAS ela viu ali que está digitalizada, até com alguns erros e ela percebeu que ela depende do Plano. Se ela depende do Plano, irão atualizar ela com o Plano que foi aprovado? Porque especificamente da Pessoa com Deficiência, lá está na questão do auditivo estava em cinco por cento no Plano que foi apresentado estava cinquenta por cento e foi aumentado para cem por cento. Ela só quer saber se será feito este ajuste final nele, seguindo o Plano Estadual que foi aprovado. Ela não estava na Comissão de Acesso à tarde, porque ela estava na comissão da mulher e ela só guer saber se será feito ajuste igual está no Plano Estadual de Saúde. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) o Sezifredo, a Carminha e a Cleide estão dizendo que será ajustado com tudo o que foi solicitado nas Comissões, terá que fazer o ajuste. Está contemplado. Sra. Terezinha Lima (IBDA) independente do que foi discutido nas Comissões, ela se refere às alterações feitas no PES, voltou a reforçar que não estava na Comissão de Acesso ao SUS, então não sabe o que foi discutido lá. Ela quer que fique claro se ele vai ser atualizado com o Plano de Gestão. Só isso. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) tem que ser Terezinha. Tem que ser. Sra. Carminha (SESA) esclareceu que tudo o que foi aprovado agora a pouco no PES e tudo o que as Comissões apresentaram e isto estará constando na PAS. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) diante do que a Carminha colocou a respeito do Plano e é o entendimento deste Conselho de que tem que ser com ressalvas por conta do HPM e do SAS, então, eles colocaram em votação que a Programação com a ressalva de que tenha que ser retirado as acões de HPM e SAS. Em segunda opção seria a não aprovação. Para este Conselho não existe a aprovação sem ressalva. Em votação, a Programação com as ressalvas. Os Conselheiros favoráveis levantem seus crachás. Vinte e seis. Contrários. Dois. Abstenção. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) disse que tem uma justificativa de voto, mas antes gostaria de avisar a todos que está passando a lista de presença. Sra. Talita Lisandra de Oliveira Rosa Gomes (SINDSAUDE) justificou o voto do SINDSAÚDE contrário à PAS, com a mesma justificativa do voto anterior. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) passou ao quarto assunto, Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas Primeiro Quadrimestre dois mil e dezesseis. Comissão de Acesso ao SUS. Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAP) a Programação Anual de Saúde, PAS dois mil e dezesseis e o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre dois mil e dezesseis foi apresentado pelos servidores da SESA. Amauri Anselmo, Deise Pontarolli, Juliano Gevaerd, Marcia R. Belizani, Marise Gnatta e Poliana Reineti. Foi feita a apresentação das diretrizes pelos membros da SESA e após ampla discussão e esclarecimento das dúvidas, não houve questionamento pela maioria dos presentes. O representante do SINDSAUDE não acatou a apresentação questionando alguns itens de algumas diretrizes justificando o voto contrário. Essa foi a apresentação ontem do Primeiro Quadrimestre dois mil e dezesseis feito na Comissão de Acesso ao SUS. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) Comissão de Orçamento. Sr. Hermes (HU - MARINGÁ) observou-se até o momento encontra-se empenhado o valor de dez vírgula noventa e oito por cento da receita prevista com gastos em Saúde. Considera que este indicador encontra-se dentro do esperado para este período. Nos anos anteriores este indicador encontra-se aquém deste valor. E nestes estão procurando corrigir a defasagem ocorrida neste período. Foi apresentado um resumo por fonte de execução orçamentária financeira do primeiro quadrimestre dois mil e dezesseis e o total do orçamento programado trinta e cinco vírgula cinquenta e três por cento já foi executado. Destaca-se que neste primeiro quadrimestre tem um melhor desempenho do Orçamento o que tende a evitar suplementações emergenciais ao final do ano, principalmente para o fim de atingir a meta de doze por cento. Foram apresentados relatórios de execução orçamentária por despesas, que todos tiveram acesso. Houve questionamento de repasse de valores aos hospitais filantrópicos,



765

766767

768

769

770771

772

773

774

775

776 777

778

779

780

781 782

783 784

785

786

787

788

789 790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806 807

808

809

810

811

812813

814

815

816

817

818 819

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

principalmente quanto ao acompanhamento dos recursos que o Estado repassa a estes prestadores. Como adicionais, no caso HOSPSUS, HPM, Rede Mãe Paranaense. O recurso repassado é totalmente estadual. Foi apresentado também a respeito dos gastos do Conselho e detalhamento do que ocorre mensalmente, não o total do quadrimestre. E o Conselheiro Amaury falou que já foi solicitado um detalhamento maior destas despesas do Conselho para ser apresentado no Relatório. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) Comissão Comunicação e Educação Permanente para o Controle Social. Sra. Rosalina (ASSEMPA) foi apresentado pela Ana, o Relatório Quadrimestral da Escola, as metas propostas, foi cumprida a mesma coisa. A Ouvidoria da diretriz dezessete, na dezoito também avaliaram essa questão e também como a avaliação da Comissão foi apresentada a questão do gasto do Conselho, mas também avalia que tem as ações que tem que ser feitas. Não tem como não fazer. Não teve recomendação em relação ao RAG. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) Comissão de Saúde da Mulher e Comissão de Saúde Mental. Sra. Rosalina (ASSEMPA) em relação ao RAG também não teve, foi apresentada pela Debora e também avaliaram e não teve nada de recomendação. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) esclareceu que não é o RAG e sim o Relatório Quadrimestral Primeiro Quadrimestre dois mil e dezesseis. Comissão de Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Comissão Intersetorial de Recursos Humanos. Sra. Talita Lisandra de Oliveira Rosa Gomes (SINDSAUDE) foi discutido as metas e não foram atingidas obviamente, mas também está dentro do esperado para dentro do primeiro quadrimestre, foi colocado também o que os dois representantes da SESA, tanto na CIST quanto na de RH estão fazendo para atingir as metas até o final do ano. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) Comissão de Vigilância em Saúde e Comissão DST AIDS. Sr. Ângelo (CONAR) Comissão de Vigilância não tem nada a acrescentar ou tirar. Sr. Amaury Alexandrino (DEFIPAR) ontem na reunião das Comissões ele solicitou um detalhamento das despesas com os resgates aero médicos para entender como é contabilizado na SESA estas despesas. Quais as despesas que entram porque sabem que algumas aeronaves são compartilhadas em alguns resgates, como contabiliza os custos, se tem alguma separação em algum centro de custo, pois manutenção de uma aeronave própria, ela tem manutenção e quem vai pagar e como vai dividir o uso quando aquilo correspondia por atendimento médico e outra operação que não é da Saúde. Ou outra secretaria assumiu isso e este custo não entra em momento algum para a SESA, porque tem vários custos com aeronaves locadas, e nestes casos quando o custo for com atendimento à Saúde, sabe-se quanto foi gasto com Saúde, mas quando se utiliza aeronaves próprias para isso e também gostaria de pedir que na Comissão, não foi falado e pediu maior detalhamento dos restos a pagar, porque o Olavo até citou mais ou menos, o que lhe chamou a atenção é que tem um saldo muito alto em dois mil e quatorze e dois mil e quinze está baixo. Então, ficaram várias despesas de dois mil e quatorze em restos a pagar, mas ele diz que são obras que atrasaram e tudo mais. Queria um detalhamento maior para entender o que está pendente de dois mil e quatorze e que em dois mil e quinze está muito melhor que dois mil e quatorze. Sr. ????? (?????) um ponto do relatório quando fala do percentual, uma sugestão que já foi falado na Comissão mas ele gostaria de trazer ao Pleno é o quadro que está na página três, ele simplesmente representa receitas realizadas e as despesas empenhadas e calcula o percentual, sabem que do total da despesa existe algumas exclusões como é o caso da Hanseníase. Este item que já foi discutido hoje. Seria salutar se a SESA alterasse esta apresentação já fazendo o detalhamento, um quadro total da receita que compõe este percentual, total da despesa que foi executado na SESA, faça estas deduções e ao final o valor que é calculado para calcular o índice. Não vai dar trabalho e esclarece muitas discussões e fica mais fácil de acompanhar. Ele está há um ano solicitando isso lá. Em todos os relatórios e continuam sempre do mesmo jeito. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) questionou se todos assinaram a lista de presença. Lembrando que essa lista é a saída da manhã, é a segunda assinatura. Dando sequência então, Projeto Vida no Trânsito. Com relação ao Projeto, a Cleide vai fazer o levantamento se a Alice consegue vir fazer a apresentação Vida no Trânsito. Enquanto isso, passarão às Comissões. Comissão de Orçamento, não tem pauta. Comissão de Acesso. Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAPS) (F5) está Coordenador da Comissão de Assistência e Acesso ao SUS e tem um relatório para passar a todos. Relatório de Monitoramento de Contratos existentes entre a SESA e Hospital Bom Jesus de Toledo. Após a apresentação dos dados pela representante da SESA Caroline Sigueira Guzo e do Doutor Paulo Almeida, esclareceu as dúvidas dos presentes e após ampla discussão foram feitas as seguintes recomendações: primeiro, que a SESA agende um dia para ir na Comissão esclarecer como



821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832 833

834

835

836

837 838

839 840

841

842

843844

845 846

847

848

849

850

851 852

853

854

855

856 857

858

859

860 861

862 863

864

865

866

867 868

869

870

871

872873

874875

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

funciona o monitoramento dos hospitais públicos e conveniados. Que o Conselho Estadual de Saúde do Paraná encaminhe ao MP de Toledo pedido de informações sobre os procedimentos adotados para acompanhamento da gestão dos hospitais e demais providências adotadas por este órgão de fiscalização externa. A conselheira Malu membro da Comissão de HOSPSUS informou como é feita a avaliação dos hospitais e respondeu questionamentos da Conselheira Terezinha sobre a ausência de licença sanitária do estabelecimento. A Conselheira explicou que durante a avaliação do HOSPSUS mesmo que o hospital já tenha protocolado a solicitação de uma nova licença sanitária, no Relatório da Comissão ficará registrado como licença vencida e o hospital perderá pontos na avaliação, com desconto nos repasses financeiros conforme foi apresentado no Relatório da SESA. Porém, o hospital apresenta o protocolo enquanto aguarda o envio de nova licença sanitária. A representante do SINDSAÚDE. Elaine informou que é preocupante que os hospitais não tenham licença da vigilância sanitária. Que o papel do Conselho é não ter uma postura passiva de aceitar esta atual situação. A atribuição legal é questionar para que esta situação seja alterada, até porque o HOSPSUS tem quatro anos, e essa situação irregular não foi revertida, portanto o SINDSAÚDE discorda dos argumentos da Conselheira Malu. A respeito da Santa Casa de Misericórdia de Londrina a representante do SINDSAÚDE, a representante reitera que na época do início do Convênio com o HOSPSUS a Santa Casa incorporou nos documentos de relatórios de prestação de contas, seu planejamento estratégico onde diz que a Instituição tinha perdido muitos profissionais com experiência em que se destacava a rotatividade da equipe de funcionários e além disso apontava que a Comissão de Verificação de Óbitos precisava melhorar sua atuação. Este foi o relato que ele gueria passar a todos. Acha importante compartilhar com todos estes relatos e disse que houve pedidos de pauta que ficaram na memória da reunião. Sra. Terezinha Lima (IBDA) uma questão que ficou fora do Relatório e que ela acha importante, tem uma portaria, ela não sabe o número da portaria agora, de liberação de verba para o Hospital Bom Jesus, e tem o HOSPSUS, seu questionamento para eles foi o seguinte: se essa portaria assinada pelo Governador vai entrar em vigor ainda este mês, faria parte da verba do HOSPSUS e responderam que não, é uma verba extra que vem via portaria, só deixar isso claro aqui para mais tarde não ter aquela infusão de informações. Sr. Custódio Rodrigues do Amaral (UGT PR) pela Comissão Vigilância e DST AIDS, a única coisa que gostariam que fosse incluído foi a palavra da Cleide que ela fez um informe sobre a Dengue como pauta permanente devido ao agravo da epidemia. Sugeriu para a próxima pauta o fluxo da difusão de medicamentos para tratamento das doenças oportunistas HIV, para incluir na próxima pauta. Sra. Cleide de Oliveira (FUNSAÚDE) Senhor Custódio, não foi ela quem fez a recomendação, foi o representante de uma entidade que pediu que colocasse o Douglas, pediu que solicitassem para que fosse colocado das doenças oportunistas com relação a HIV, com relação como está a questão dos medicamentos das doenças oportunistas, ele queria que a Assistência Farmacêutica colocasse o fluxo de atendimento nas Regionais. Não com pauta permanente. Mas que entre na próxima pauta e isso figue na pauta da reunião do Conselho. Sr. Angelo (CONAM) neste relato que lhe pediu foi a Cleide, ele não tinha conhecimento que era outra pessoa pedindo, por isso constou no relatório que havia sido pedido por ela. Se for o caso, ele pode corrigir, desde que ela lhe forneça os dados da pessoa. Sra. Rosalina (ASSEMPA) a Comissão de Comunicação e Educação Permanente, está com a pauta de discussão da Resolução do papel dos Coordenadores de Plenária e como Coordenadora da Comissão, em que entende que a Coordenação de Plenária, a Plenária em si é uma Oficina de Capacitação para os Conselheiros Municipais e Conselheiro Estadual, então estão trazendo aqui, está tendo discussões nas Comissões e muitas vezes não vem para a Plenária e não delibera e não fica sabendo é que na Plenária incluiu os suplentes do Conselho Estadual de Saúde do Paraná entendendo que a Plenária de Conselhos é uma oficina de capacitação já tem um pedido para fazerem as capacitações dos conselheiros estaduais e deixar os suplentes fora da Plenária de Conselho. Isso é desvalorizar o Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Entendem que é um gasto, mas é um evento único, um evento de cada três anos, que podem fazer. Unico evento da Comissão de Educação Permanente e Comunicação é valorizar. Porque, amanhã eles precisam sair, os titulares precisam sair e os suplentes precisam assumir e não sabem o que aconteceu na Plenária. Trouxe esse assunto para deliberação, não está na Ata da Comissão, porque conversaram com a Comissão depois de reunião e pediram para incluir na Ata e dá tempo de trabalhar a questão do orçamento e tem que ser deliberado pela Plenária, não só a Comissão com a Secretaria Executiva e a Mesa. Sr. Amaury Lopes (ANEPS) Comissão Organizadora da Sétima Plenária de Conselhos. Dizendo que a organização da Sétima Plenária, na



877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888 889

890 891

892

893

894

895

896

897

898

899 900

901

902

903

904

905

906

907 908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924 925

926

927

928 929

930 931

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

sua terceira reunião avançando bastante, sentaram com os assessores, vinte e dois assessores, reunião está muito produtiva. Precisaram sentarem-se com este trabalhador que está na ponta e faz o elo entre o Conselho Estadual de Saúde do Paraná e a macrorregional, a Regional e enfim, o município. Tiveram o prazer de estar com a Mesa presente nesta reunião e a Secretaria Executiva, a reunião fluiu de tal maneira que eles mostraram alguma coisa que estão fazendo nesta tentativa. possibilidade de estarem avançando na questão das Plenárias do Estado do Paraná. Como é sabido não haviam acertado bem estas questões e depois deste contato com estes trabalhadores estão sentindo a adesão deles porque ele está construindo com o Conselho o modelo que será aplicado nesta versão dois mil e dezesseis. Várias angústias vieram, várias falas e eles conversaram muito, estavam bastante motivados pelo que as pessoas lá fora acreditam que o Controle faça naquela região lá na ponta. Sabendo que este ano é um ano eleitoral, sabendo que as coisas na ponta, é outra batuta, outro ritmo, porém o Controle Social não tem bandeira, não tem partido e tem que deixar bem claro que o Paraná ainda tem um SUS de referência nacional. Isso se deve aos trabalhadores militantes, alguns gestores militantes, alguns gestores, prestadores e principalmente usuários que sempre tomaram para si esta questão da defesa do SUS. Neste momento, que o SUS passa por este momento político brasileiro, o Paraná se coloca através de algumas pessoas de tal maneira dizendo que a defesa do SUS é fundamental. Estão fazendo neste ano, um recorte menor deste evento, estão trazendo praticamente a metade da última versão, e isto está sendo muito salutar. Quem estiver vindo para esta Plenária, que é uma atividade deste Conselho, sabe o que está fazendo, sabe que está vindo e estão ouvindo a cada um, desde as oficinas, fizeram um pequeno questionário, a Executiva os ajudaram e conseguiram ter as respostas. Como a própria Presidente já colocou o Ronald, Presidente do Conselho Nacional está vindo para a palestra magna e isso é bom, eles se aproximares do Conselho nacional e de pessoas que fazem a defesa do SUS no Brasil. Essa questão que a Rosalina traz hoje, uma situação que não é nova para o Conselho, este ano comecaram sem os suplentes e eles percebem que isso deu um certo impacto no Conselho, porém precisamos administrar, sabendo que estes processos são temporários e que com certeza, o ano que vem as coisas estarão de outra maneira, e estarão conseguindo estar com os setenta e dois. Acredita piamente que este Evento e eles têm indicativo dos Conselheiros que a partir de novembro e após eleição, o que estão deliberando, o que estão aprovando, estão garantindo isso fielmente. Porque não adianta só fazer um Evento, só trazer as pessoas do interior, para participar de uma atividade, de uma Plenária, as pessoas precisam entender o que é. É necessário que mais pessoas ajudem. Lá na ponta sabem que existem pessoas chave que consequem manter o rítmo, o ritual destes Conselhos. Este Evento, esta sétima versão, é ousadamente de trazer e buscar um extrato do Estado do Paraná no Controle Social. Amauri questiona se o restante da Comissão tem algo a acrescentar. Sra. Maria Lucia Gomes (ASSEMPA) ela quer sobre a fala da Rosalina, sobre o suplente, ela quer trazer para esta Plenária o problema do suplente, ela é suplente de Curitiba. Os suplentes do interior terão que pagar este preco por causa da economia do Conselho, concorda que tem que ter economia, mas também tem que ver se é para fazer economia, também é temporária, eles acreditam que seja, porque as passagens de avião, porque os Conselheiros não podem abrir mão e viajarem de ônibus para economizar e também nos hotéis, hoje um Conselheiro falou para ela. Ele está num apartamento com três camas. Está sozinho, e ele não se importa se colocar outras pessoas no apartamento para economizar. Pediu para o Jeremias e para o Hermes verificarem isso. Porque um apartamento com três camas só uma sendo usada e o Conselho está pagando, isso é um absurdo. A PGE não tem este conhecimento, mas ela levará para a PGE. E ela vai porque todos os outros Conselhos Estaduais os Conselheiros viajam de ônibus. Nenhum outro Conselho paga passagem aérea. Essa é sua fala porque foi dito na Comissão que até a presença dela como participante da Comissão Organizadora, ela está correndo o risco de não participar da Plenária. Foi dito ontem, porque os outros três são titulares estão fechados, suplente não irá se preocupar. Isso é inadmissível. Ela foi eleita nesta Plenária. Olha o risco que estão correndo, então vão fazer economia assim. Então irão abrir mão da passagem aérea e vão viajar de ônibus. E no apartamento que são três camas, coloque três conselheiros. Aí é uma boa proposta de economia. Agora suplente não participar da Plenária isso é brincadeira, é inadmissível. Sr. Amaury Lopes (ANEPS) dizendo assim, ele não será o advogado do diabo, mas estas questões não advém desta Mesa nem desta Secretaria Executiva, muito menos deles Conselheiros. Então, isso tem um início e quem lembrou que foi colocada mesmo sendo usuária suplente foi ele. Ele assume isso, porque ela sabia do processo. Ontem tentaram costurar, colocando que mantém, tudo



933

934

935

936 937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951 952

953

954

955

956

957 958

959

960

961

962 963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984 985

986 987

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

bem, acham que podem fazer o que querem, façam, mas alguém irá responder, ele não irá responder por questões que fogem da sua governabilidade, essa questão de garantias e aí ele puxam Senhor Manoel, algumas coisas foram avançadas no desenvolvimento do exercício do Controle Social, se hoje os Conselheiros podem vir de avião, felizes são aqueles que podem vir, porque ele e o Nilson, sempre veem de navio, "risadas", não se importam, as mudanças são favoráveis, as economias são boas, esta questão de hotel, ele acha que pagam por cama, mas não vai entrar no mérito. Quanto à questão do suplente, ele acha que devem se debruçar sim, mas não nesta linha, numa outra maneira e sabendo que tem outros órgãos em cima de cada um deles. Sra. Rosalina (ASSEMPA) ela quer colocar pela Comissão de Educação Permanente, a Comissão fechou a proposta não é problema da Comissão Organizadora e também não quer que a proposta da Comissão não foi tirar a autonomia da participação do suplente na reunião do Conselho. O olhar da Educação Permanente é que é uma oficina, é um Evento único e é uma oportunidade para capacitar os Conselhos e suplente, entendendo que são setenta e dois Conselheiros, essa é a fala da Comissão. A Comissão trouxe como trabalho da proposta da Comissão, ela tem que ser avaliada encaminhada e se aceita a proposta da Comissão, ou não, para depois entrar neste outro debate. Ficou um debate quem pode e quem não pode, não dá. Não estão entrando nesta questão da PGE do que pode, é um pedido do que pode ser avaliado, se é um Evento. Cada três anos será deliberado. A fala deles é essa. Outros problemas são entendidos que não é esse encaminhamento que foi feito pela Comissão. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) Amaury, até para complementar a respeito da reunião com os assessores e gostariam de deixar registrado a importância que é para este Conselho Estadual, a importância que é para eles, para as ações de disseminar junto a todos os Conselhos Municipais de Saúde a importância para eles que é o assessor. O assessor que é o braco do Conselho que está lá, é ele quem demandam a todas as ações que precisam mandar para o interior, este Conselho se utiliza dos assessores, nas Regionais além das atribuições do dia a dia deles, dos afazeres, determinados pelo Diretor de cada Regional eles ainda têm esta atribuição que enquanto Conselho demandada para eles. Querem deixar registrado porque eles têm se esforçado, tem feito o máximo e percebem que na reunião quando eles terminaram e conversaram na reunião, eles já queriam saber qual era a tarefa que estavam passando para eles, que eles teriam que fazer daqui trinta dias. Qual era a tarefa. Então, existiu uma preocupação daquilo que eles estão voltando lá. E também quer deixar registrado nesta reunião o que os assessores falaram na reunião. Eles queriam deixar registrado para este Conselho a respeito da Secretaria Executiva do trabalho que a Secretaria Executiva, eles nominaram todos os membros da Secretaria, de tudo o que eles necessitam de apoio eles demandam para a Secretaria Executiva, o que um Conselho Municipal questiona para eles, imediatamente eles não tem resposta pra tudo, eles demandam para este Conselho através da Secretaria Executiva e ela relatou as informações deles. As informações dos assessores é que a cada questionamento senão tem a resposta imediata, mas logo em seguência eles têm a resposta e só tem conseguido desenvolver o trabalho junto aos Conselhos Municipais de Saúde graças ao trabalho de todos os membros da Secretaria Executiva. Esta Mesa quer deixar registrado o agradecimento enquanto Conselho ao trabalho que a Secretaria Executiva tem desenvolvido, são servidores que ali estão e eles têm feito este trabalho com esmero e eles querem registrar isso à Secretaria Executiva. Sra. Cleide de Oliveira (FUNSAUDE) pediu desculpas por retomar o assunto, mas pede o seguinte: para a questão deste Encontro de Conselheiros que pretendem fazer em novembro e que a Comissão está organizada e está se organizando da melhor forma possível, ela está aqui com uma preocupação porque eles estão inicialmente, eles haviam feito uma discussão que seria uma Plenária para trezentas pessoas. Foi feito todo um trabalho de ampliação no número destas trezentas pessoas e que eles estão encaminhando a questão de orçamento e verificando. Porque ela está explicando tudo isso a este Conselho, porque se irão fazer uma Plenária de Conselheiros, e eles estão darão ênfase para que haja uma participação dos municípios e tudo o mais. Ela pode estar equivocada, mas ela gostaria que a Comissão, que o grupo repensasse, no sentido de que neste volume de pessoas eles pudessem contemplar para este Evento em particular, todo os Conselheiros do Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Inclusive os suplentes. Então, ela acha que a Comissão independente de estarem sabendo, a Comissão sabe que os suplentes não tem tudo isso, não é nem por conta apenas da defesa da Malu, é pensando em tudo, eles não estão falando que este Evento tem uma abrangência imensa, mesmo quem é suplente aqui, ele está representando a entidade que pertence. mesmo sendo suplente. Então ela gostaria imensamente que a Comissão repensasse esta questão,



989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007 1008

1009

1010

1011 1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018 1019

1020

1021

1022

1023 1024

1025

1026

1027

1028 1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

que eles nesta redistribuição, que pudessem contemplar, tem um montante de pessoas que estarão fazendo, quinhentas pessoas, todos que estão aqui fazem parte de um grupo, são paritários. Então desta paridade fazem uma reorganização. Essa é uma coisa para repensar. Sr. Amaury Lopes (ANEPS) disse que em momento algum, eles se colocam que trinta e seis vai onerar a conta final. Porque eles estão garantindo um por município, porque na verdade este Evento objetiva o fortalecimento dos Conselhos. Como é que o Conselho é representado, através de pessoas. Na verdade, o que vai acrescentar, bom que a Mesa na pessoa da Cleide, da Gestão, coloca esta proposta a cada um dos Conselheiros aqui dentro. Então ficam mais tranquilos para navegar com o endosso do Pleno, quando isto ocorre, eles não estão trabalhando sozinhos e tendo ideias mirabolantes, trabalham em parceria. Não podem fazer a defesa do SUS separadamente. Este coletivo deve chegar a um consenso e estas foram as palavras da Presidente quando diz que o consenso é salutar. Na verdade, o impedimento não é da Comissão. O impedimento todos sabem de quem é. Trinta e seis a mais do que estão apresentando. E estão apresentando uma conta final de seiscentas pessoas, são trinta e seis que estão vindo, na verdade, não foi na Comissão que tiraram os suplentes dagui de dentro. Nem bloqueando. Estão cumprindo o que este Pleno deliberou e afirmou lá atrás. Sr. Jeremias Bequer Brizola (UEL) ele acha que é até desnecessário que já foi claro e ele quer apoiar a fala do Amaury, (F6) justamente isso. A Comissão sabe o limite de sua competência e o que levou o Conselho a deliberar que pela parte passou a vir apenas os titulares nas reuniões do Conselho e com base a isto é que optaram em respeitar e trazer ao Pleno do Conselho. O Conselho pode deliberar, em o Conselho deliberando e que o suplente deve participar, a Comissão vai acatar com certeza. Como sempre fez. Sra. Maria Elvira de Araújo (ASSEMPA) falou que queria deixar registrado que ela não falou com a Malu, são da mesma Entidade, mas não falaram sobre gastos de passagem, mas ela já registrou que ela é uma usuária e ela não guer dar gastos a mais, a Carla sabe, que se ela precisar vir a São Paulo e voltar com o mais barato, ela vai, sem problemas. O ônibus é duzentos e poucos, leito e tem vez que ela vem mais barato, se comprarem antecipado, então ela deixa registrado que ela também é a favor da economia, se surgir passagem mais barata no dia seguinte, ela vai no dia seguinte, ela pode ficar na sua irmã, não tem problema. Sra. Elaine (SINDSAÚDE) ela quer retomar a questão do parecer da PGE, porque, parecer da PGE não é lei, e o Conselho precisa se rebelar perante o parecer da PGE. A PGE está encastelada no seu prédio magnífico, que foi até objeto também de escândalo, não está dizendo que é culpa dos Procuradores, nem desta Gestão, mas enquanto submeterem à decisão da PGE. Lembra, teve um autoritarismo da PGE. Primeiro, manda o parecer sem nunca vir conversar com o Conselho, sem saber, ela duvida que tenham lido uma Ata do Conselho. Segundo, quando foi para formar Comissão, formaram com três ou quatro membros, não pode, é só um, outro autoritarismo e vão baixando a cabeça. À medida que o Conselho abaixa a cabeça a PGE vai dando outras ordens, daqui a pouco não tem que pagar para ninguém. Quem quiser que venha de carroça, andando, de carrinho de rolimã, do jeito que quiser. Então ela acha que, o SINDSAUDE reage a várias coisas não para mostrar: "olha nós sabemos, ou negativo". Mas porque se deixarem o SUS no rítmo que está indo, terão o que o Banco Mundial quer, um SUS pobre para os pobres e não terá Controle Social mais. Eles estão andando neste rítmo e não é de hoje e nem de um mês atrás. É de muito tempo. Só que as coisas, à medida que os movimentos saem das ruas, a medida que o Controle Social não ergue a cabeça e não vai brigar pelo que é seu, daqui a pouco estarão na falência, em termos de reunião. Ela também acha que a Secretaria Executiva executa um bom trabalho, ela acha que o que foi feito no ano passado na Conferência Estadual, pela equipe, foi magnífico, nada a colocar contrário, mas ela também diz que a Talita recebeu um e-mail com relatório de Gestão e os documentos e veio um recado que só seria repassado ao titular, não é papel, é um clique. É uma caixa que constrói, aí o suplente não vem na reunião, não lê a Ata, não lê os materiais, ele vai votar no quê? Ele vai saber da continuidade do quê? Então, ela gostaria, assim, ela quer saber se esta decisão saiu do Pleno, se saiu da Mesa Diretora, de onde é que saiu e aí ela acha que é uma coisa tão simples que eles nem precisam polemizar. Basta bom senso. No e-mail virem os documentos e um recadinho que os documentos a partir de então serão enviados somente aos titulares. Que cada titular repasse ao seu suplente. Não é nada de mais, repassar ao suplente, mas para que cortar uma coisa, ela gostaria de uma explicação, mas não quer ser preconceituosa. Por fim, ela propõe o seguinte: o Conselho Estadual de Saúde do Paraná pedir de imediato à SESA, fazer um documento revisando o parecer da PGE, parecer não é lei e que eles tenham aqui a possibilidade de ter o Conselho completo e que eles possam fazer com que os Conselheiros estudem, se apropriem das



1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056 1057

1058 1059

1060

1061

1062

1063

1064 1065

1066

1067

1068

1069

1070 1071

1072

1073 1074

1075 1076

1077

1078

1079

1080

1081 1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098 1099

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

matérias e que tenham um debate cada dia mais profundo. Sr. Antonio Garcez Neto (COSEMS) ele disse que nem vai entrar no mérito da PGE ou das listas, acha que podem marcar pauta para isso, mas vai entrar no mérito do Evento, dos suplentes participarem. Ele acha que o que eles têm de determinação é para as reuniões de Plenária. Os eventos são feitas através de inscrições e os pagamentos, viagens, são feitas aos inscritos, aos credenciados, à maneira que todos queiram ver. Neste fato, neste então, não adianta ficar discutindo. É muito simples trazer suplentes para a Plenária, é uma decisão do Evento, este evento tem "x" inscritos, titulares, suplentes do Conselho Estadual de Saúde do Paraná mais os Conselheiros Municipais, ponto. Para ele acabou, não precisa. Tem que diferenciar, uma determinação serve para que, esta determinação serve para a PGE usar em relação ao hotel nas reuniões do Conselho. O Evento é para o inscrito. Sra. Palmira (FESMEPAR) disse que na fala do Neto, ela como representante de Plenária na antiguidade, nos velhos tempos, contempla a questão dos suplentes. Nos suplentes do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, mas vale lembrar também que independente de suplente ou não, Conselheiro em Eventos e em Plenária de Conselhos, é Conselheiro, independente dele ser suplente lá na base. Independente dele ser suplente aqui. Lembrando também que o deslocamento no caso das pessoas que virão para a Plenária, é por conta do Conselho de origem. De repente se não tiver a possibilidade, coisa que ela acredita que vai ter, ter a possibilidade dos suplentes estarem vindo para a Plenária do Conselho, que haja possibilidade, que garanta participação deste suplente, se precisar pagar o deslocamento deste suplente, as entidades pagam. Porque o que aconteceu, muitos suplentes hoje não estão aqui porque ficaram bem claro a não participação de suplentes em algumas Comissões, a não participação do suplente em qualquer tipo de Evento, a não participação do suplente em nada. A sua entidade pagaria para seu suplente estar aqui, mas o que seu suplente faria aqui se ele não pode participar de nada? Pode sim, ela está ouvindo. Mas como? Desde uma eleição numa Comissão, ou qualquer outra coisa, se não for da Capital não pode, então o que o suplente estará fazendo aqui? O seu suplente está a par de todas as ações do Conselho, porque ela repassa a informação. Há suplentes de outras entidades a quem ela repassa informação. Não podem guardar informação na tela do computador, isso não é privado. O Conselho é aberto. Então a garantia dos suplentes na Plenária pode ser garantida. E se precisar brigar com a PGE, irão conversar antes de brigar, mas não sem antes de conversar e brigar, pois os direitos não podem retroagir. Isso é direito. Isso está antes de estar na oitenta oitenta está na Constituição. Não irão retroagir. É uma questão muito difícil, quanto mais eles fecharem, daqui uns dias irão limitar as Comissões em quatro representantes que são a paridade e pronto. Porque não podem trazer os suplentes. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) ela disse que ela é ótima de memória e quer lembrar a todos que muitos dos assuntos que trouxeram a respeito da vinda do titular, do suplente, PGE, já trouxeram aqui, na primeira reunião quando ela assumiu a Mesa Diretora, no dia, ela já foi para uma reunião da PGE onde eles conversaram a respeito, esclareceram as situações, ela trouxe ao Pleno o que foi esclarecido, trouxe a este Pleno que como já havia sido licitado as passagens, já tinham licitado hotel, já estava tudo isso por conta daquele parecer em dezembro da PGE. Eles tinham a garantia daquele momento das passagens, elas estavam amarradas por conta da licitação que elas irão até se ela não se engana, o hotel vai até agosto. Porque, teve que se fazer um processo. Entendam que ela veio e explicou e que a PGE também entendeu que para o próximo processo eles irão colocar, é a forma como o Conselho irão mandar para a PGE, escrever e fazer todas as justificativas, do que é o suplente, do que é o trabalho das Comissões e tudo o mais. Isso tudo já foi colocado, explicado, os assuntos que foram levantados por conta dos trinta e seis para vir na Plenária e que esta Mesa enquanto a Comissão entendeu que isso será colocada por ser uma Plenária, conforme o Neto levantou e reforçou, eles estudarem como vai fazer estas garantias, de que forma, isso ok, mas voltar a discutir sobre as questões de suplentes, já discutiram, já conversaram e já trouxeram aqui de que estes assuntos estão sendo resolvidos e já foram levados para a PGE e a própria Secretaria Executiva já está preparando para a próxima licitação para estar contemplado. Todo mundo, isso para ela, assunto vencido, só que precisam ter o tempo que é o que está contemplado nesta primeira, que antes de conversar com a PGE, tiveram que acatar naquele momento porque não dava tempo de ter esta discussão. O que a Elaine falou, endossa fala tudo, mas já fizeram esta discussão com a PGE. Lógico que já está vencido, se tiver problema na próxima e que a PGE fala que entende que o suplente tem que vir, se tiver, irão todos lá, irão acampar lá. Neste momento, ela só gueria trazer este esclarecimento para lembrarem do que já foi tratado em reuniões anteriores. Sr. Jeremias Bequer Brizola (UEL) quanto ao parecer da PGE está claro, e o



1101

1102

1103

1104 1105

1106

1107

1108 1109

1110

1111 1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119 1120

1121

1122

1123 1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130 1131

1132

1133

1134

1135 1136

1137 1138

1139

1140

1141

1142 1143

1144

1145

1146

1147

1148 1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

Neto foi feliz na interpretação, de qualquer forma a Comissão não poderia fazer sem conhecimento do Pleno. Acha que é prudente em função de toda discussão que eles fizeram. Agora quanto à convocação, de fato, tem que convocar o titular, agora, uma crítica à Secretaria Executiva, o envio de material deve ser a todos. Tanto que a defesa de participação do suplente é garantir a continuidade e estar inteirado de tudo o que acontece. E uma forma de inteirar do que acontece é receber e estar ciente de todo o material disponibilizado para os titulares também. Queria só reforçar, que a convocação deve ser ao titular, mas que o envio do material completo deve ser a todos. Apesar de que não vê dificuldade no titular em passar aos seus suplentes. Ele tem feito isso, não só ao seu suplente, mas também para a direção da sua entidade para que conheçam tanto as pautas, quanto os resultados do que fazem no Pleno. É um hábito que ele acha que todos deveriam fazer, se não estão fazendo e não vê grandes prejuízos também. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) esclarecendo ao Jeremias, não foi erro da Secretaria Executiva, a Mesa Diretora ficou muito preocupada que se ela mandasse o material ao suplente naquele momento, ficaram preocupados da interpretação que o suplente teria. Deu um exemplo, o Acir no começo da Mesa Diretora, ele não veio, ela estranhou que ele não estava vindo em duas e resolveu questionar, porque ele não estava, então ele respondeu que era suplente, e ela respondeu que a Mesa Diretora estava garantida que viesse. Então ficaram preocupados e foi discutido na reunião da Mesa, de que como é que o suplente iria entender na hora que chegasse o material e depois não estava garantida a vinda dele. Então a Mesa entendeu, falaram para o Maurício, não mandariam o material e sim o titular teria que repassar. Entenderam o que o Pleno está colocando, já demandaram, todos já assimilaram essa situação que estão passando temporariamente. Para a próxima, será mandado para todos os suplentes. Sra. Terezinha Lima (IBDA) só quer dizer especificamente desta questão de material, convocação, o fato dela ser suplente ou não, não lhe tira a qualidade de Conselheira. Portanto, tem direito a receber a convocação, tem direito a receber o material da Secretaria Executiva que não irá ter ônus algum, enviar o e-mail porque está lá salvo e manda a todos. Ok, foi dito que a partir da próxima reunião será enviado, mas o que quer levantar esta crítica, porque e nem ontem, ela participou de duas do começo ao fim e em nenhum momento nas Comissões foi dito que a reunião seria aqui. A sorte é que o Quevedo ainda estava no hotel e ela pegou uma carona com ele. Ela comentou com o Maurício: "como fica a situação do Conselheiro que está vindo para um trabalho voluntário e acontece alguma coisa no percurso, não é funcionaria, mas seu nome está no Edital Oficial do Governo, então está prestando serviço para o Governo?". Então ela acha que tem que haver isso, o Conselheiro que é suplente tem uma notinha que é colocada lá como observação na questão do hotel. A princípio a hospedagem, alimentação do suplente não será coberta. É tão fácil digitar um lembrete embaixo, porque ela tem o direito de saber o que está sendo discutido. Esse negócio do titular mandar para o suplente, nem sempre o titular manda, nem sempre o titular abre os materiais, nem sempre acaba abrindo a convocação. Ele simplesmente vem. Alguns recebem por papel e esquecem. Por exemplo, ela recebe por computador, ela não recebeu, ela acha que fica bem explícito uma crítica porque ela não tinha recebido a convocação passada e ela ligou. Este mês ela recebeu, mas porque ela teve tempo e pediu. Não se pode jamais tirar a posição. O fato dela ser, repete, suplente, não lhe exime de ser Conselheira e ela tem o mesmo direito. Ela espera realmente que isto vá acontecer. Sr. Amaury Ferreira Lopes (ANEPS) ele acha que agora fica mais fácil trabalhar com a deliberação do Pleno. O que ele vem dizer a este Conselho. Tem alguns suplentes que são possíveis nomes a serem candidatos à Plenária paranaense. Então existe sim, alguns nomes, este Conselho tem maturidade para lançar nomes de consenso no perfil para que venha realmente fazer esta linha de trabalho. Precisam avançar sobremaneira, este Coordenador de Plenária ele nada mais é que um mil e um na ponta que estará ajudando este Conselho, na verdade este Evento se coloca para fortalecimento dos Conselhos. A discussão é boa e pode ser mais ampliada e eles se jogarem e se colocarem em consenso. Existe nomes, precisam pensar, o que irão pedir com muito carinho à Executiva para que mandem imediatamente o Regulamento, que já iniciaram, que façam aqueles aportes para que a partir de segunda, terça-feira tenham uma ideia. Conversando com o Jeremias existe maneira de estar remanejando vagas, não serão problemas as trinta e seis vagas a mais. Na questão operacional, não serão eles enquanto Comissão Organizadora que fará algum impeditivo ao processo. Sra. Rosalina (ASSEMPA) tem umas coisas que ela gostaria de colocar. Ontem teve reunião da Comissão, hoje estão encerrando a pauta da reunião, tinha que ter, talvez, pegando o Regimento Interno do Conselho, qualquer deliberação tem que ser pela Plenária. O que ela gueria colocar é que, quando mexe com qualquer processo



ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

1156 regimental do Conselho, a Mesa tem toda autonomia em discutir, mas qualquer ponto tem que ser 1157 visto primeiro o Regimento Interno do Conselho, traz para à Plenária, porque é um desgaste 1158 desnecessário. Eles precisam estar sendo informados do que está acontecendo e quando a Comissão de Comunicação e Educação Permanente trouxe uma proposta o que tinha que ser feito, 1159 era votar a proposta da Comissão da inclusão dos suplentes num Evento único, porque não estão 1160 1161 discutindo a questão de PGE, de Conselho, é um evento que a Comissão pediu para incluir os 1162 suplentes como Conselheiros. E aí, não se finalizou a proposta da Comissão porque deu outras 1163 discussões e não era isso que eles trouxeram. Se aceitava a participação do suplente ou não na Plenária de Conselho, a Cleide deu um encaminhamento como um Evento único. Para que fique 1164 1165 claro isso, a proposta da Comissão. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) para não levar pauta para à tarde, irão fazer o Projeto Vida no Trânsito, é pouco tempo, não precisa de prorrogação 1166 porque estão direto. Sra. Alice Eugênia (SESA) cumprimentou a todos e explicou que faz parte da 1167 Vigilância e o papel da sua área neste Projeto. Disse que irão em dez minutos (F7) mostrar a todos 1168 1169 que o Projeto Vida no Trânsito que é um Projeto no Brasil ele tomou este nome, mas ele desde dois 1170 mil e onze a Organização Mundial da Saúde convocou os países que mais matavam no trânsito para 1171 um trabalho mais enfático para redução destas mortes. Principalmente das lesões graves e mortes 1172 no trânsito. Mostrou o símbolo da Década Mundial de Segurança Viária, começou em dois mil e onze, portanto estão no meio da Década, tiveram no ano passado uma conferência internacional 1173 com cento e poucos países aqui no Brasil onde infelizmente o Brasil não apresentou tão bons 1174 resultados, felizmente o Sul e o Paraná entre eles, está apresentando uma estabilização no número 1175 1176 de mortes, não exatamente ainda um decréscimo. Mostrou um boneco símbolo da campanha Vida 1177 no Trânsito, nome da Campanha no Brasil. É um pacto nacional na redução de acidentes de trânsito e em onze de maio foi a data que foi criado e lancado pelos Ministérios da Saúde e outros 1178 Ministérios estiveram envolvidos. Foi uma resposta à demanda da OMS e é uma parceria bem 1179 1180 intersetorial, sociedade, governo. O mais particular deste Projeto é que ele tem que trabalhar muito intersetorialmente, pois é um problema de muitos ministérios, sociedade civil em conjunto. O que ele 1181 1182 prega? Intervenções intersetoriais relacionados a fatores de risco e principalmente álcool, direção e 1183 velocidade excessiva. Sabem que estes fatores de risco levam a grande maioria das lesões graves e 1184 mortes no trânsito. Tem outra questão do celular hoje que está entrando com grande problema também. Entre outras coisas. Capacitação, o que o Projeto prevê? Capacitação dos gestores, 1185 1186 profissionais de saúde e educação no trânsito. A nível de Estado, apoiar os municípios tecnicamente 1187 nas ações educativas, preventivas, promoção e articulação com outros setores, tanto da sociedade 1188 civil quanto do governo. E implementar planos bem específicos para cada segmento, para pedestre, 1189 condutores, ciclistas, motociclistas. Ele é bastante abrangente porque ele tem que pensar na 1190 melhoria da infraestrutura, tem que ter envolvimento de vários setores e principalmente visando espaço seguro, saudável e sustentável para mobilidade humana. Objetivo maior é subsidiar gestores 1191 1192 na criação de políticas de prevenção de lesões e mortes no trânsito. Qualificar maior os dados de 1193 mortes e tem muitas coisas para melhorar ainda, porque em cima de um dado mal descrito irá 1194 desencadear ações que não chegará a lugar nenhum. Enguanto Vigilância eles têm trabalhado muito 1195 nesta área. As ações estratégicas, precisam estabelecer uma coordenação estadual, ela tem com representação dos outros setores da Secretaria e também com o Detran, com Polícia Rodoviária 1196 1197 Federal, Estadual. Para as coordenações municipais do Projeto, o Estado precisa também apoiar 1198 esta estruturação. Elaborar um plano estadual e assessorar a elaboração dos planos municipais. São muitos os sistemas de informações, bombeiros, SIATE, SAMU, Hospitais, Polícia Rodoviária, 1199 1200 existe uma complexidade nas informações do trânsito. Integrar as informações oriundas de diversos 1201 sistemas. Naturalmente ainda não se chegou a isso. Apoiar a capacitação dos profissionais 1202 envolvidas no Projeto, comunidade local. E definir os indicadores para monitoramento e avaliação. O 1203 que eles desejam? Diminuir as mortes e lesões graves no trânsito. O Ministério lançou algumas portarias e alguns financiamentos. Em junho de dois mil e treze entrou esta portaria e além do 1204 1205 Estado entrar com valor, entrou também, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu e apesar da 1206 dificuldade conseguiram junto ao Detran que outros municípios também recebessem. Na portaria de 1207 dois mil e quatorze esse recurso, São José não pode entrar novamente porque eles fecharam a 1208 portaria em municípios com mais de um milhão, que seria Curitiba e municípios de tríplice fronteira, 1209 então Foz do Iguaçu manteve-se e eles ficam feliz em informar que São José dos Pinhais absorveu bem este Projeto e estão trabalhando bem com a metodologia Vida no Trânsito, que é uma 1210 1211 metodologia bem interessante, mas que exige bastante monitoramento. E a última portaria foi em



1213

1214

1215

1216

1217

1218

1219

1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230

1231

1232

1233

1234

1235

1236 1237

1238

1239

1240

1241

1242

1243

1244

1245

1246 1247

1248

1249

1250

1251

1252

1253

1254

1255

1256

1257

1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

1265

1266

1267

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

dois mil e quinze que também habilitou mais alguns incentivos. No caso do Estado, eles têm um valor de duzentos e cinquenta mil nestes anos. Como eles puderam utilizar estes recursos, para custeio das ações de Vigilância, porque tudo começa melhorando a questão da informação. Eles podem usar para custeio, recursos humanos, serviços de terceiros, material de consumo, material educativo, material permanente, tem uma restrição computadores, impressoras e é a menor parte que eles podem aplicar, isto tudo num plano de ação. Eles têm um valor de dois anos de recursos que eles estão empenhando com material educativo. O recurso não foi usado todo de um ano para outro, então pensaram no material permanente, já que é necessário fazer ações educativas, principalmente nas rodovias do Estado porque a grande parte das mortes, dos acidentes mais graves acontece nas rodovias. Claro que acontece na cidade também, mas se forem olhar os acidentes mais graves acontecem nas rodovias. Para fazer atividades educativas, pensaram no material permanente pensaram numa barraca e também para a Operação Verão usam muito, poderiam usar em outros setores também, então por isso pensaram em um valor grande porque seria uma barraca que tivesse ar condicionado porque na estrada com sol e chuva, principalmente no calor precisa ter condições para abrigar as pessoas. Estão vendo dificuldade em conseguir fazer isso, talvez tenham que remanejar um pouco e colocar mais dinheiro para material educativo mesmo, principalmente com uma constatação melhor das informações do acidente. Eles sabem, Vida no Trânsito da Capital Curitiba e das outras capitais que já tem o Projeto andando, eles viram redução em todas as cidades. Portanto, já tem sucesso. Ela estava vindo da Conferência Internacional de Promoção de Saúde e eles têm visto as amostras do quanto o projeto nas capitais do País, estão tendo sucesso desde que começou e estão diminuindo. Finalizou a apresentação e se colocou à disposição para esclarecimentos. Sr. Jeremias Bequer Brizola (UEL) quer lamentar a ausência de Conselheiros. Quer lamentar a ausência da Mesa quando se deu o início da apresentação. Ele quer lamentar a distração de muitos conversando durante a apresentação. Ele particularmente tem grande interesse, vê que o Conselho precisa focar investimento mais inteligentes, em ações e Serviços de Saúde e até ações intersetoriais e promoção de Saúde, ele acha que é a grande sacada, precisam investir em promoção e a repercussão nos hospitais, os pronto-socorros é muito grande de eventos que acontecem fora da dimensão estrita da Saúde e os acidentes, ocupam, superlotam as unidades de urgência e emergência e prejudicam o atendimento a outras patologias. Ele quer enaltecer o Projeto, mas para ele não ficou claro, então pergunta se uma portaria havia liberado duzentos e cinquenta mil reais mas no Plano foi apresentado, um grande volume de recurso para material permanente e soma quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e quinze reais, então para ele não ficou muito claro o que precisam fazer, irão voltar nesse assunto, irão votar neste Projeto, a portaria já é de dois mil e treze, dois mil e quatorze. Essa é a primeira vez que está sendo apresentado no Conselho, ele não entendeu a razão da pauta nem o que eles precisam fazer neste momento. Sra. Alice Eugênia (SESA) esclareceu que é uma apresentação para aprovação do Projeto e concordou que ficou um pouco confuso, ela reconhece, a questão dos valores. Eles têm duzentos e cinquenta de um ano e do outro. Os anos anteriores já foram empenhados. Eles pensaram que como tinham um valor maior pensaram num material permanente, porque teria que ser uma parte menor do recurso, mas como viram juntos com o Comitê Intersetorial que existe neste Projeto que conversa os dados e como usar o recurso. Como o pessoal da Policia Rodoviária Federal e Estadual, foi pensado numa barraca, uma vez que seria muito importante na Operação Verão, nas estradas, pois tem mais de quatro mil quilômetros de rodovias estaduais, como tem o recurso pensou-se em usar este valor com material permanente, pensaram em duas barracas, elas são caras, chegam a duzentos e dezoito mil reais cada uma, estão tentando isso. Queriam ver, claro o Plano precisa ser apresentado para o Conselho aprovar ou não. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) passou a palavra para o Maurício para esclarecimentos. Sr. Maurício (Secretaria Executiva) direcionou-se ao Jeremias e ao Conselho como um todo, essa questão da apresentação da aplicação dos recursos no Projeto Vida no Trânsito, se deu porque o MP através do Oficio mil cento e trinta e nove, determinado pela Promotora Andreia Cristina Bagatin pediu informações se já havia sido apresentado e elaborado o plano de aplicação dos recursos do Projeto Vida no Trânsito, isso se reportando à Presidente do Conselho. Isso ainda no dia quatorze de abril deste ano, em cima desta questão, foi passado o assunto à Mesa Diretora e esta determinou o seguinte: que se encaminhasse um ofício para a SESA justamente para se saber se esta questão da elaboração do Plano já havia ocorrido ou não. Ao que eles de pronto receberam a informação da SESA de que este Plano já estava pronto e que já teria até passado pela CIB e esta deliberou, número zero vinte e



1269

1270

1271

1272

1273 1274

1275

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285 1286

1287

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296 1297

1298

1299

1300

1301

1302

1303

1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311

1312

1313

1314 1315

1316

1317

1318

1319

1320 1321

1322

1323

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

quatro de quatorze de março de dois mil e dezesseis e encaminhou estas informações ao Conselho Estadual de Saúde do Paraná, porém, para o Conselho não foi apresentado. Então, se reportaram ao setor em específico que é a Divisão de Vigilância das Doenças não Transmissíveis, a qual a Alice é a Chefe da Divisão. Prontamente ela informou à Secretaria Executiva que tinha condições de apresentar este Projeto no dia de hoje ao qual está fazendo agora. Neste ínterim, no dia dezessete de maio, quando foi encaminhado novamente um ofício pelo MP e que a Secretaria Executiva recebeu no dia vinte, reiterando o contido no ofício anterior e dando um prazo para o Conselho proceder uma resposta ao MP. Porém, cabe a decisão do Pleno do Conselho neste sentido, ele só tem efetivamente que fazer uma resposta informando qual foi a decisão do Pleno e posteriormente se assim o Pleno decidir, eles entregarão uma resposta mais específica ao MP. Sr. Jeremias Beguer Brizola (UEL) queria pedir perdão à Mesa, pois não viu que estavam deslocados ali, mas de qualquer forma houve um esvaziamento muito grande. Ele acha que precisa de mais detalhamento, entendeu que eram duzentos e cinquenta e que viraram quinhentos para dois anos. Ele particularmente acha que é muito recurso para investimento em detrimento da Educação, por exemplo, ele acha que precisam trabalhar muito e até de curriculum escolar mesmo. Ele acha que precisam de mais detalhamento, as ações precisam ser mais detalhadas no Conselho. Talvez uma análise com discussão nas Comissões, uma apresentação mais detalhada, uma discussão, uma análise mais pormenorizada do Projeto. Sr. Hermes (HU - MARINGÁ) o que ele coloca a respeito deste Projeto, acha a discussão muito boa mas no ano passado ele trouxe a discussão aqui, que foi complementada com a apresentação do diagnóstico da situação para a PAS, hoje tiveram a questão dos acidentes do trânsito. A questão da intersetoriedade é importante olhar da seguinte forma, os leitos das UTI's por exemplo de Maringá, chegam a ser ocupadas por trinta a cinquenta por cento, oriundas de acidente de trânsito. Este diagnóstico ele não viu e não sabe até que ponto uma fonte de recurso desta poderia trazer esta informação para a Saúde. O gasto é muito alto com acidentes de trânsito. Ficaram sabendo de um projeto que destinou recursos e que eles não consequiram fazer este diagnóstico depois de ter passado por todas as instâncias menos o Conselho. Sra. Maria Lucia Gomes (ASSEMPA) foi falado pela Alice sobre um Comitê, como foi formado este Comitê, quem são as pessoas que participam deste Comitê, as entidades que participam deste Comitê, porque este Conselho não foi comunicado que estava sendo formado um Comitê para discutir este assunto e só agora vieram apresentar. Então pergunta: quem participa deste Comitê, e este Plano, quem elaborou? Porque o Conselho Estadual de Saúde do Paraná não foi convidado a participar, quando a UEM fala da ocupação dos leitos, ela é da Comissão de Urgência e Emergência da cidade de Curitiba, então sabem as dificuldades do HT, o transtorno que causa toda segunda-feira. O Conselho não foi, mesmo ela sendo suplente, não foram convidados a participar da elaboração deste Projeto. Quem participa e como foi formado. Sra. Rosalina (ASSEMPA) sem dúvida nenhuma é um grande Projeto, apesar de ter vindo tardio para o Conselho Estadual, o que ela queria colocar é o que cada um pode fazer olhando o Projeto, que maneira o Conselho de repente tirar uma comissão para poder acompanhar juntos, ele está pronto, mas de que maneira podem incluir, baseados nestas informações que o Hermes trouxe, que é o que vivenciam todos os dias não só no internamento, mas no processo depois, no sequelados, as filas de assistência social, atrás de cadeiras de rodas, atrás de aposentadoria. Todo um processo de desencadeia depois de um acidente. Ela acha que é muito importante, que este material educativo seja disponibilizado para o Conselho, pois terá a Plenária de Conselhos, cada evento que o Conselho faz poder contribuir com os seus conhecimentos de Controle Social dentro do processo para que ele emplaque mesmo e possam tocar em frente. Sra. Palmira (FESMEPAR) o Conselho só tomou conhecimento deste Projeto através do MP e o que ele pede ao Conselho, qual foi o posicionamento do Conselho em relação ao Projeto. Num primeiro momento quando o MP manda qualquer tipo de ofício para qualquer órgão ele dá um prazo. Tem que ser verificado este prazo. Outra questão, se ele deu um prazo até a próxima reunião, ou antes da próxima reunião, o que precisam fazer, comunicar o MP através de ofício que o Projeto só veio tardiamente após aprovação em todas as instâncias (F8) e que o Conselho não tomou conhecimento do Projeto. Seriam uma resposta a dar ao MP. Outra questão: eles não podem hoje discutirem o Projeto sem saber a fundo quais são essas portarias do Ministério e que se reporta de fato ao Projeto. Então as questões de adequação, colocar isso, ou aquilo, sem tomar conhecimento total o Conselho não pode estar deliberando. Quando a Dona Rosalina falou montar uma comissão, ela acredita que montar outra comissão não resolveria, eles já têm comissões que poderiam discutir este Projeto. Que seja encaminhado o Projeto para discussão, que seja tirado de



1325

1326

1327

1328

1329

1330

1331 1332

1333

1334 1335

1336

1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343 1344

1345

1346

1347

1348 1349

1350

1351

1352

1353

1354

1355

1356

1357

1358

1359

1360 1361

1362

1363

1364 1365

1366 1367

1368

1369

1370 1371

1372

1373

1374

1375

1376 1377

1378 1379

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

pauta num primeiro momento e que volte para uma próxima reunião com parecer das Comissões as quais foram encaminhadas. É uma questão de encaminhamento. Pode ser a Comissão de Educação Permanente. Eles têm que pôr a mão à palmatória no sentido de que eles da Vigilância estão bem sucateados de pessoas. Isso não é o segredo para ninguém. O que acontece? A resposta do Ministério Público está bem mais detalhada onde o uso destes recursos, mas claro que tem que precisam participar. A Comissão intersetorial que foi prevista para este Projeto era principalmente os atores que estão cuidando do trânsito, SAMU, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, a gente enquanto Saúde. Assim, ela entende que eles têm que ter mais dos conselheiros para poder olhar melhor, esta questão dos leitos, sabem disso, o quanto que está sendo utilizando por pessoas vítimas de trânsito. O problema, o grande problema é o seguinte: é que o Projeto mesmo, ele funciona mais adequadamente no município. Porque os municípios é que consequem desencadear as ações melhores, o Estado tem que se preocupar de capacitar as pessoas das Vigilâncias. Não só da Vigilância, mas de outros setores de cada Regional para conhecer melhor seus dados, para sentarem numa mesa juntos e olharem por todos os pontos de vista. Então assim, primariamente essa comissão tinha que ter representação destas instâncias, do trânsito, da Saúde, do hospital, mas assim, eles acham super importante que eles consigam retomar isso. Como não é do conhecimento de todos o detalhamento, ela acha que é isso que precisa passar pelo Conselho agora e ainda dá tempo deles mexer um pouco nisso, porque felizmente o dinheiro está preservado e assim, material educativo, eles têm pensado mas agora por exemplo, tiveram que desencadear um material para a Operação Verão, já tem visto ano a ano, uma redução em taxas de morte aqui no Estado, mas assim, pela análise do Ministério, o Sul de modo geral, não está num decréscimo ainda, está estável. Pode mostrar com números como está o Paraná e tem conseguido reduzir as suas mortes. Mas quem está na ponta, podem ver os leitos estão com muitos vitimados do trânsito e precisam mudar isso. Então, ela diria que podem retomar este assunto melhor para fazer algo muito importante para desencadear mais rapidamente e ter o material, pois eles têm dificuldade de sair com os materiais todos. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) agradeceu as contribuições que tiveram e falou ao Maurício que eles entendem que este processo deve ser demandado às Comissões e em resposta ao MP, irão responder, não para pedir prazo, mas pergunta o seguinte: eles têm conhecimento deste Projeto e se fizerem a aprovação, e acompanhando o que a Palmira falou e os demais e a resposta ao MP de que veio para o Pleno começaram a tomar conhecimento do Plano nesta reunião e que será demandado para a próxima reunião das Comissões e ali se precisar de um detalhamento de tudo o que puderam ouvir de detalhamento e levam às Comissões e com os dados fossem enriquecidos com os dados que tem de morte no trânsito e morte hospitalar, tendo isso para discutir nas reuniões das Comissões. Podem fazer desta forma? Talita? Depois o Ângelo também está inscrito. Sra. Talita Lisandra de Oliveira Rosa Gomes (SINDSAÚDE) só uma sugestão, mandar o material necessário por e-mail antes, para terem tempo hábil para avaliar. Sra. Alice Eugênia (SESA) explicou que tem todo este panorama de mortalidade por Regional de Saúde, por segmento, pedestre, ciclista, motorista, isto está tudo pronto, ela passará para a Mesa? Para a Secretaria Executiva. Sr. Ângelo (CONAM) ele foi contemplado com a fala, mas quer reforçar, uma vez que este Plano seja trazido para o Conselho tomar conhecimento e a execução deste Plano, deste Projeto, então eles tenham condições de votar. Mas antes disso, eles devem ter conhecimento deste Projeto, como foi feito, de que jeito, quem faz parte, o que vai, o que foi, quem gastou e para onde foi. Porque eles têm uma responsabilidade como Conselheiros em aprovar tal assunto. Acha que a Lei oito mil duzentos e setenta e nove rege a responsabilidade deles. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) o encaminhamento da Mesa é que este assunto passe nas Comissões, e as Comissões tenham seus pareceres para a próxima reunião, onde fará parte da pauta e possam deliberar sobre a aprovação ou não do Projeto Vida no Trânsito. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) abriu para informes. Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAP) tem três informes: em parceria com o Conselho Regional de Farmácia, professores e alunos do curso de Farmácia da Universidade Estadual de Londrina, promoveram uma ação de Saúde sobre a doença do Lúpus no dia sete de maio de dois mil e dezesseis, no calçadão de Londrina, todos sabem que o mês de maio considera-se o mês de conscientização da doença do Lúpus. O SINDINAP em parceria com o Departamento de Endemias da Secretaria Municipal de Londrina, no Jardim Santiago em Londrina, promoveram no dia vinte de maio de dois mil e dezesseis, uma ação contra a Dengue em parceria com professores e alunos das escolas localizadas no Jardim Santiago e os profissionais da Unidade Básica de Saúde. O SINDINAP em parceria com o Rotary Club da Região Sul de Londrina, a



1381

1382

1383

1384

1385 1386

1387

1388 1389

1390

1391

1392 1393

1394

1395

1396

1397 1398

1399

1400

1401

1402

1403 1404

1405 1406

1407

1408

1409 1410

1411

1412

1413

1414

1415 1416

1417

1418

1419

1420

1421

1422

1423

1424

1425

1426

1427

1428 1429

1430

1431

1432

1433

1434 1435

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Saúde com seu setor de Endemias, Colégio Mater Dei, Unifil, Associação a Hora de Beber, Conselho Regional de Farmácia promoveram no dia vinte e um de maio de dois mil e dezesseis uma Feira de Saúde, oferecendo à população, aferição de pressão arterial, teste rápido de glicemia e teste de hepatite. Além de várias informações sobre Saúde, inclusive a Dengue. Sra. Carminha (SESA) queria antes de terminar a reunião, deixar registrado em nome da SESA o agradecimento a todos os funcionários da Secretaria de Saúde que colaboraram, participaram, com ideias, sugestões e principalmente a sua competência técnica no Plano Estadual de Saúde, foram muitas reuniões, mais de trinta pessoas envolvidas diretamente neste processo, o Juliano participou bastante e no total eles envolveram mais de cem pessoas de Regionais, de hospitais e principalmente aqui da cidade de Curitiba e Região Metropolitana. Então seu agradecimento em nome da SESA para estes profissionais, para o Conselho com todas as sugestões, todas as indicações que eles receberam foram muito boas porque sabem que isso fortalece o Controle Social e fortalece a qualidade dos Serviços de Saúde que eles querem ter e oferecer para todos os cidadãos do Paraná. Agradecer também a técnica, a própria SESA e em especial ao Diretor e o Secretário pela oportunidade que os técnicos tiveram de poder contribuir de uma maneira muito democrática, muito participativa. Inclusive, nas reuniões houve pessoas que participaram do Plano anterior e que falaram bastante sobre este movimento que foi bem diferente e absorvendo muito mais pessoas e por isso a riqueza da qualidade que ele está apresentando hoje. Lembrando ainda, que o Plano ele está posto para quatro anos, mas a cada ano eles podem alterar, podem acrescentar, podem melhorar e isso é riqueza de todos estes instrumentos da área da Saúde. Os instrumentos de planejamento, eles têm um Plano para quatro anos, mas tem uma Programação que é para o ano, eles têm o Relatório em quatro em quatro meses e tem um Relatório Anual. Tem documentos e instrumentos suficientes para fazerem um bom trabalho. Cabe a eles em parceria com o Conselho, executarem isso, cobrarem isso e trabalharem para isso. Agradeceu a todos os envolvidos neste processo. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) ela lembrou aos Conselheiros que tiveram a fala do Conselheiro Nacional, Wanderley e em que ele pediu o apoio deste Conselho para a um quatro três barra dois mil e quinze que é a desvinculação da DRU. Então, eles gostariam de pedir para este Pleno, que a Mesa pudesse fazer um ofício sendo contrário e encaminhar ao organismo competente. O Marcelo vai ler o que é a PEC. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná) explicou que a PEC está no Senado Federal para votação, a emenda da PEC um quatro três ela acrescenta o artigo cento e um e cento e dois ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir a desvinculação de receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A explicação desta emenda é que ela alterar a Constituição Federal para estabelecer que são desvinculados de órgão, fundo ou despesa até dois mil e vinte e três, vinte por cento da arrecadação dos impostos dos estados e dos municípios e dos recursos que cabem aos estados e municípios na repartição das receitas de impostos da União. Então, o que isso que refletir é que o investimento na Saúde vai ser reduzido. Se retirar vinte por cento da receita total do município vai impactar no investimento, quinze por cento do município, dos doze por cento dos estados e do investimento da União perante o SUS. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) a partir daquilo que foi falado e pedir ao Pleno, se concordam, para a Mesa enviar este documento dizendo que são contra esta desvinculação por conta de perda de recursos na Saúde. Então, acha interessante que eles peçam ao Pleno para levantarem aos crachás autorizando o envio do documento, ofício contrário à PEC. Colocou em votação, aprovado. Sra. Maria Lucia Gomes (ASSEMPA) ela queria deixar registrado a sua participação no Evento da Mãe Paranaense, onde ela foi representar a Presidente do Conselho, com determinação da Mesa, mesmo sendo suplente e quer deixar registrado que duas mil pessoas estavam presentes e que cento e oitenta pessoas, três ônibus do interior da Regional de Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel, com hotel reservado, alimentação, transporte, tudo certo aqui, eles não puderam chegar. Ficaram mais de oito horas na estrada, na praça onde foram impedidos de passar, foram humilhados, passaram fome, frio e não deixaram eles passarem para chegarem ao Evento. Resumindo, teve prejuízo. Comissão de Orçamento, é bom fazer este levantamento. O prejuízo grande porque não deu tempo de cancelar o hotel, a primeira pernoite não deu tempo de cancelar e nem a refeição. Então prejuízo muito alto e ela está pedindo a este Pleno que seja feito o levantamento e que irão buscar o ressarcimento deste prejuízo, porque é dinheiro da Saúde. Tem que ver isso. Com declaração das polícias onde os movimentos não deixaram os três ônibus passarem. Então ela quer registrar essa sua fala, a indignação das duas mil pessoas que estavam participando, dos companheiros, dos colegas, dos



1437

1438

1439

1440

1441

1442

1443

1444 1445

1446

1447

1448

1449

1450

1451

1452

1453

1454 1455

1456

1457

1458

1459

1460

1461 1462

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

profissionais da Saúde que trabalham e muito no interior. E não conseguiram chegar. E Carminha, ela também quer parabenizar a equipe técnica da Saúde do Estado do Paraná, aqueles técnicos que trabalham e trabalham muito. Mesmo ela não lambendo o chão onde pisam, mas ela quer parabenizar esta equipe técnica que faz um trabalho e sabem das dificuldades que enfrentam. Então ela como representante do Usuário, mesmo suplente, ela quer deixar registrado seu abraco e parabéns. Sra. Rosita (FEMIPA) contribuindo em relação a esta Moção que o Conselho vai envia, ela acha que todas as entidades aqui presentes poderiam fazer esta moção e enviar aos três Senadores do Paraná, a todos os Deputados Federais, a sua entidade já fez, poderiam encher as caixas de entrada dos e-mails destes políticos e mostrar seus descontentamentos. Ela acha que não só o Conselho, mas cada entidade por si também enviar e cada um dos Conselheiros e cidadãos mostrar seus posicionamentos. Ela acha que é importante neste momento. Ela queria também colocar que, como representante deste Conselho ela participou da reunião da Comissão Intergestora Bipartite e a Marcia Zambrim, ela não lembra se a Talita estava lá, ela não a viu. A reunião foi na semana passada e a Marcia gravou, mas ainda não tiveram tempo para fazer a degravação e tiveram muitos assuntos importantes, uma das coisas que talvez a Cleide ainda não anunciou, mas terão notícias muito boas a respeito da vacina da Dengue, já tem data prevista, para julho já terão um início de vacinação aqui no Paraná. Acha que isso é uma coisa muito auspiciosa e vão trazer um relato por escrito, mas não tiveram tempo de fazer a degravação e foi para trazer um retorno ao Conselho. Sra. Talita Lisandra de Oliveira Rosa Gomes (SINDSAÚDE) esclarecendo em relação à CIB, ela não recebeu o convite mas ela lembrou que a Carla tinha falado que talvez fosse no dia dezenove e disse que ela estaria em outro evento e não poderia participar. Ela não sabe se realmente aconteceu nesta data, pois nem recebeu o convite. Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR) podem encerrar? Agradeceu a presenca de todos pelos debates, pelo "agüentar" do avançado da hora e conseguiram vencer a pauta. Desejou bom retorno a todos e encerrou a reunião. O áudio desta reunião está disponível para consulta na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, bem como as apresentações feitas nesta reunião estão disponibilizadas no site do CES/PR (www.conselho.saude.pr.gov.br).